

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARIA DO SOCORRO PIMENTEL

**A IDENTIDADE DOS TRABALHADORES NEGROS NA
REALIDADE EDUCACIONAL PARAIBANA**

**João Pessoa
1998**

MARIA DO SOCORRO PIMENTEL

**A IDENTIDADE DOS TRABALHADORES NEGROS
NA REALIDADE EDUCACIONAL PARAIBANA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação de Adultos

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ramos Coêlho Filho

Co-Orientador: Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior

João Pessoa
1998

MARIA DO SOCORRO PIMENTEL

**A IDENTIDADE DOS TRABALHADORES NEGROS
NA REALIDADE EDUCACIONAL PARAIBANA**

Dissertação aprovada em ____/____/____

Prof. Dr. Paulo Ramos Coêlho Filho (UNB)

Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior (UFC)

Profª Drª Maria Eliete Santiago (UFPE)

Prof. Dr. Alder Júlio Ferreira Calado (UFPB)

Dedicatória

“Aos educadores, aos cidadãos que não sabem dizer de seu mal-estar, mas que têm compromisso com a extensão da cidadania e da democracia, que vivem com esse outro, que sabem do respeito pela diferença, pela vontade de ser diferente, de viver diferente, outro padrão de beleza, outro conceito estético, outra ancestralidade, outra singularidade, impõem-se uma tarefa. A do reconhecimento da dignidade de uma presença e de uma luta (árdua), a do reconhecimento dos direitos, mas também das conquistas, desse segmento da população brasileira, fora e dentro das escolas, como profissionais e como alunos. Um respeito que deve passar por uma nova ética que, como bem lembra Tzevetan Todorov, estabelece nas relações entre “nós” (o grupo cultural e social ao qual se pertence) e os “outros” (os que não fazem parte dele), a relação entre a diversidade das pessoas – dos povos – e a unidade da espécie humana. Trata-se, pois, de reafirmar essa ética que suporta o direito à singularidade, consequência legítima dos direitos e deveres do homem” (Eliane Marta Teixeira Lopes).

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que de forma direta ou indireta, colaboraram para a realização do presente trabalho nas suas diversas fases com as quais muito aprendi. A todos e a todas os meus agradecimentos e reconhecimento.

Aos meus pais, Pimentel e Joantina, os quais mesmo não tendo o alcance da dimensão intelectual em pauta, acompanharam, incentivaram e compartilharam, passo a passo, de todo o meu processo de formação com carinho, atenção e amor.

Às companheiras de luta Valquíria Alencar de Sousa (Coordenadora do Centro da Mulher 8 de março) e Vera Amaral (ex-diretora da CUT-PB), pelo aval e confiança na minha apresentação à submissão ao processo de seleção do Mestrado em Educação.

Aos militantes do movimento negro (João Balula, Santiago, Reyanni, Bené, Carlos Henriques e Vandinho), pela cooperação e incentivo na caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES), pela concessão da Bolsa de Estudos.

À funcionária do CHE, Adalmira, pelo carinho e atenção dispensados.

Aos amigos Cesário Cavalcanti, José Otávio, Graça Cunha e Irene Félix, pela ajuda e apoio moral.

A todos(as) os trabalhadores(as) em educação das escolas selecionadas (administradores, técnicos, professores, funcionários), agradeço pela colaboração.

Aos entrevistados e entrevistadas, pela relação de confiança estabelecida e a disponibilidade para contribuir com a pesquisa.

Aos conselheiros(as) e funcionários(as) do CRP-13, pelo incentivo nas horas mais precisas.

Ao casal Trajano e Simone, pelas horas que se debruçaram no empenho da digitação deste estudo.

Por fim, transmito meus agradecimentos especiais aos meus orientadores Prof. Dr. Paulo Ramos Coêlho Filho e Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior, pela paciência, amizade, respeito e propósito acadêmico.

RESUMO

Dentro de uma perspectiva da problematização da educação brasileira são estudadas as construções identitárias dos trabalhadores negros da educação do município de João Pessoa-PB. O estudo tem por base o enfoque da etnicidade e não de raça e perpassa a definição de classe social. A proposta de estudarmos as identidades dos trabalhadores negros da educação provém da discussão da forma hegemônica que é tratada a cultura oficial brasileira em dessimetria com a pluralidade de cultura regional, local e étnica. Os entrevistados são das diversas categorias de trabalhadores negros lotados em escolas de 2º grau da rede pública e privada da cidade de João Pessoa-PB. Este trabalho de pesquisa tem como originalidade uma visão renovada e aberta dos processos identitários. Acreditamos que a identidade é mais dinâmica do que apenas expressar ser negro ou não, uma vez que as “identidades” são múltiplas e não verbalizadas como tal, por diversos fatores, até não se considerar negro ou negra. Lembramos que as temáticas de estudo sobre as identidades negras tem sido motivo de rejeição ou de restrição pelos programas de Pós-Graduação em Educação, sob diversas alegações científicas, em particular na Região Nordeste. Dada as restrições, a temática ganha um caráter de inicial ou nova. As identidades negras entre os trabalhadores em educação têm sentidos variados a expressões diversas, havendo, entretanto, denominadores comuns que as torna um grupo particular. Os racismos, nas formas explicitadas ou dissimuladas, mesmo variando a interpretação dos atores e sua identificação, formam um fator significativo de construção de identidades negras. O trabalho questiona qual é o ideal de humanização e de identidade presentes no horizonte das pessoas entrevistadas frente ao ideal de branqueamento imposto pela sociedade racista que pode destruir a possibilidade de construir a própria identidade negra positiva. Este trabalho sobre relações inter-étnicas tem muito a ver com a compreensão dos complexos e tensos processos de formação humana, de educação e de cidadania. O estudo focaliza as diferenças de gênero, etnia e classe, apontando, para a trajetória de vida que os trabalhadores e trabalhadoras negras percorrem no processo de formação e autoafirmação identitária e busca ainda contextualizar nossas teorias e nossas práticas enquanto sujeitos, atores e atrizes sociais e culturais concretos no universo escolar inseridos e quais as alternativas apontadas pelos trabalhadores no processo organizativo de mudança ao *status quo*.

Palavras-chave: Educação brasileira. Identidade. Trabalhadores negros.

ABSTRACT

The identity construction of the education of João Pessoa's black workers is studied within the problematics of the Brazilian environment. The study is based on an ethical approach rather than a racial one, and goes beyond workers' originates from a hegemonic discussion in the same way that Brazilian official culture is treated in contrast with the plurality of ethnical local and sectional culture. Interviewers come from different categories of black workers in private and public high schools of the city of João Pessoa, Paraíba. This study is original in providing a new and open insight of the identity process. We believe that is more dynamic than the simple expression of being black or not, since "identities" are diverse and not verbalized as such for many reasons, not even considering differences in gender. We notice that the theme of studies about black identities has been the motive of either rejection or restriction by postgraduate programs in Education under various scientific statements, especially in the Northeast area. Given these restrictions, the subject acquires a new or initial character. Black people's identities among workers in education have different meanings and various expressions, having, however, common denominators which make them a particular group. Manifestation of racism, in explicit or in disguised forms, even allowing for varying interpretations, form a significant factor in the construction of the black people's identity. This work puts in question what is the ideal of humanization and of identity present in the view of the people interviewed compared to the ideal of whitening imposed by the racist society that can destroy the possibility of construction of a proper positive black identity. This work about interethnic relations has much to do with the understanding of the complex and tense process of human development, of education, and of citizenship. The work focuses on the differences of gender, ethnic group and class, pointing to the life course followed by black male and female workers in the process of identity formation and self-affirmation. The work further seeks to contextualize our theories and our practices while the subjects are inserted into the academic universe as concrete social and cultural actors and actresses. The study additionally seeks to indicate alternatives to be taken by the workers to change the organizational process of the status quo.

Keywords: Brazilian education. Identity. Black workers



ESCRavidÃO E RESISTÊNCIA

*Nesta mão eu trago a estrada suja de suor,
Nela escrevi meu nome, dela reconheci firma,
apesar da dor de sofrimento, muitos anos correram
até eu chegar aqui com este testamento
todo timbrado em armaduras e
distâncias.*

*Não direi onde recenseei o ouro dos
escravos,
apesar destes muros altos de maciças
pedras,
porque são áridos os caminhos
de minha pele.
Indico apenas as correntes que
posso no nó do sangue-heranças
corrosivas de comarcas de muitas
eras.*

*Há vários séculos percebo que meus
pés assimilam galeras, corpo marcado,
brasas e troncos.*

*O meu mundo é limitado
por selos, números e ossos... (Adão Ventura).*

LISTA DE SIGLAS

ABRAPEE	—	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
AMPEP	—	Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
APN's	—	Agentes Pastorais Negros
APPb	—	Associação dos Psicólogos da Paraíba
APSE	—	Associação Paraibana de Supervisores Escolares
CFP	—	Conselho Federal de Psicologia
CME	—	Curso de Mestrado em Educação
CRP-13	—	Conselho Regional de Psicologia – 13ª Região (Paraíba/Rio Grande do Norte)
CRPs	—	Conselhos Regionais de Psicologia
CUT	—	Central Única dos Trabalhadores
DETE	—	Departamento Estadual dos Trabalhadores em Educação da CUT/PB
FENAPSI	—	Federação Nacional dos Psicólogos
LDB	—	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MALUNGU	—	Organização Negra da Paraíba
MEC	—	Ministério da Educação e Cultura
MNU	—	Movimento Negro Unificado
MOVANE	—	Movimento de Ação Negra
PCN's	—	Parâmetros Curriculares Nacionais
PT	—	Partido dos Trabalhadores
SINTEP	—	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
UFPB	—	Universidade Federal da Paraíba
UNDIME/PB	—	União de Dirigentes Municipais de Educação da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
 Capítulo I : A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE EXCLUSÃO	17
 Capítulo II : EDUCAÇÃO E RELAÇÕES INTER-ÉTICAS	22
2.1 AS RELAÇÕES POSSÍVEIS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	25
2.2 O ESTEREÓTIPO COMO AUTOPERCEPÇÃO DAS PESSOAS	27
2.3 O ESTEREÓTIPO NO LIVRO DIDÁTICO	28
2.4 A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB).....	30
2.5 CURRÍCULO ESCOLAR	31
 Capítulo III : DIVERSIDADE DENTRO DA UNIDADE	32
3.1 BRASIL E OS POVOS ANCESTRAIS	33
3.2 A ESTÉTICA COMO ELEMENTO DE PODER E DISCRIMINAÇÃO.....	36
3.3 A REAÇÃO AO RACISMO	37
3.4 O MOVIMENTO NEGRO NACIONAL.....	39
3.5 CRIAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO(MNU)	39
3.5.1 Os Movimentos Estaduais.....	40
3.5.2 O Movimento de João Pessoa – Paraíba	40
3.5.3 O Fervor de Recife	41
3.5.4 O Movimento na UFPB	41
3.6 CONJUNTURA ATUAL.....	44
3.7 O EU PESSOAL E COLETIVO	45
3.8 A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	46
3.9 GARANTINDO OS DIREITOS HUMANOS E LEGAIS DA MULHER.....	49

Capítulo IV : METODOLOGIA DA PESQUISA	52
4.1 JOÃO PESSOA, A TERNURA SECULAR	54
4.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE	57
Capítulo V : AS IDENTIDADES DOS TRABALHADORES NEGROS DA EDUCAÇÃO PARAIBANA: AS FALAS E AS AÇÕES	61
5.1 O PAPEL DO(A) EDUCADOR(A).....	62
5.2 QUADRO TEÓRICO-CRÍTICO	63
5.2.1 Os Movimentos Sociais	63
5.2.2 A Representação dos Profissionais Negros sobre Escola, Sociedade Povo Afro-Brasileiro	64
5.2.3 A Construção da Identidade: Um Desafio	65
5.2.4 Quilombos de Hoje.....	66
5.2.5 Negro Versus Poder	67
INSTANTE PLENO (POR UMA POSSÍVEL CONCLUSÃO)	69
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	76
ANEXO A : Roteiro de Entrevistas	77
ANEXO B : Quadro Demonstrativo das Escolas	79
ANEXO C : Fotografias	84
ANEXO D : Síntese de Indicadores 1982-1990.....	96

INTRODUÇÃO

Dentre várias razões lógicas que deram origem a este trabalho de investigação, tem relação direta com minha história de vida, do acúmulo de experiências no campo educativo, político – sindical e movimentos sociais, dos quais, partilho desde a década de 80 até os dias atuais no contexto paraibano e nacional.

As leituras e as experiências tiveram como resultado nosso posicionamento questionador sobre a maneira como (era) e (é) conduzida a questão da educação, do racismo e do preconceito “dentro” e “fora” das escolas públicas e privadas de 1º e 2º graus, das universidades, dos sindicatos, dos partidos políticos e da sociedade como um todo.

A provocação, a inquietação, a vontade de mudar e de intervir na relação desigual entre brancos, negros e índios resultou na elaboração da temática. Não dava mais para suportar uma ordem imposta de submissão e de escravidão disfarçada, reforçada por uma democracia racial existente no país. Os extremos marcam as relações do negro com a ordem étnica existente.

Frente ao racismo institucional ou camuflado, fortes razões fizeram-me ousar a protestar e buscar elementos científicos, pautados em uma realidade advinda do ser negro, do existir, do partilhar e do colaborador espontaneamente da pesquisa de campo e com base nessa radiografia étnico-educacional, poder fazer um diagnóstico da ordem étnico na qual as sociedades paraibana e brasileira estão assentadas.

As metas dessa luta de parceria estão associadas ao determinante histórico de se conquistar e resgatar a cidadania e dignidade dos trabalhadores negros da educação paraibana.

A reflexão maior pela temática, pela pesquisa, pelo “fazer acontecer” surgiu decorrente do “viver” e “sofrer”, no cotidiano, o estigma e preconceito por ser negra. Os fatos estarrecedores, enfrentados no meu caminhar, deram margem as grandes reflexões, da necessidade de conhecer com profundidade a história do povo da minha etnia, associada a vários acontecimentos discriminatórios ocorridos na minha trajetória pessoal, profissional, político-sindical e mestranda. Fui seduzida, na qualidade de mestranda, a mudar a temática da tese a princípio iniciada – *O papel educativo dos sindicatos paraibanos* – por sentir a necessidade urgente de desvendar alguns fatos para mim obscuros. Sentia-me incomodada nas entidades sindicais e políticas que participava (CUT, FENAPSI, PT, APPb, SINTEP, DETE, CRPs, CFP) que no interior das discussões, as temáticas “etnias” e gênero eram pouco discutidas e quando ocorriam, sempre eram levadas ao plano secundário.

Outro fator determinante na escolha da temática foi o fato verificado de poucas pessoas negras ocuparem cargos de direção nessas instituições. Fato este também nítido na maioria das escolas públicas e privadas no nível de 1º, 2º e 3º graus, e quando ocupado, passam por um processo doloroso de “prova” do saber, da competência e do desafio de se manter no cargo por muito tempo ou serem reconduzidos ao cargo mediante os mecanismos discriminatórios, opondo-se ao afirma-se no cargo, uma vez que não podemos desconhecer que o mundo negro no seu conjunto é vivenciado por situações baseadas na “cor”. Alguém sempre tenta lembrar-nos a pigmentação da pele. Um labirinto foi criado em minha mente, dando margem ao aceite do desafio: romper com os modelos impostos, manter-se equilibrada frente às pressões e perseguições e avançar no objetivo final.

Discorrer sobre a temática é mergulhar na própria história, trilhar num universo de teorias e práticas que omitem, escamoteiam ou revelam a realidade do povo negro brasileiro, em particular, o paraibano, tendo em vista que o problema do negro trabalhador tem especialidades, particularidades e um nível de problemática muito mais profundo que as do trabalhador branco.

Foi necessário fazer uma trajetória histórica da nossa experiência ao longo do percurso, o que serviu de alicerce estimulador para a realização deste estudo.

O nosso envolvimento com a questão educacional data da década de 80, quando o ingresso no quadro de funcionário público estadual do governo paraibano, via concurso público para o cargo de professor de 1ª fase. Paralelamente, enquanto estudante de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) atuava nas operações (nacional, regional e local) da ex-Fundação Projeto Rondon vinculada ao Ministério do Interior, na qualidade de monitora, estando sempre presente o caráter educativo dessa instituição.

A partir dos anos 80/90, passamos a militar na Associação dos Psicólogos da Paraíba (APPb) e na Central Única de Trabalhadores (CUT/PB), com cargo de direção executiva em ambas.

Nos anos 90/93, por força da unificação dos trabalhadores por ramo de atividade, a APPb (Associação dos Psicólogos da Paraíba) unifica-se à AMPEP (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba), juntamente a APSE (Associação Paraibana de Supervisores Escolares) e à ASSOREP (Associação dos Orientadores Educacionais da Paraíba), formando assim o SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba), quando, na oportunidade passamos a construir a primeira diretoria colegiada composta por diretores das entidades citadas, tendo sido indicada para representar os

psicólogos nessa nova estrutura sindical. Nesse mesmo período, ocupamos o cargo de 1ª presidenta do Departamento Estadual dos Trabalhadores em Educação da CUT/PB (DETE/CUT-PB).

No contexto nacional, ocupei o cargo de secretária de Divulgação e Imprensa na executiva da Federação Nacional dos Psicólogos (1993-1995) com reeleição para o período (1995-1997) no cargo de Diretora Regional do Nordeste. Paralelamente, escolhida para ocupar o cargo de Conselheira-Suplente do CRP-13. Em decorrência da renúncia da Conselheira-Secretária, assumi o referido cargo. Com a mudança do plenário do CRP-13, fui conduzida ao cargo de Conselheira-Tesoureira até setembro/98, quando terminara a gestão (1996-1998). Posteriormente, eleita membro efetivo do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) para o período (1998-2000).

A minha inserção no movimento negro partiu da urgente necessidade, tendo como pano de fundo a “identidade”, não podia mais ficar ausente do processo, da **negritude viva** paraibana e nacional.

Iniciei as discussões a convite de Carlos Henriques, coordenador da MALUNGU, por volta dos anos 90, cada vez mais participando, descobrindo detalhes, pontes, interligando palavras, ações. “**Aqui**” é o meu lugar. Convidada para participar da entidade, como membro da diretoria, aceitei. Foi nesse jogo de sedução, jogo de magia e autoidentidade que mudei a temática do Projeto de Pesquisa do Mestrado.

Movida por esse ideal, mergulhei na busca de concretizar o ideário, numa história contemporânea, objetivando buscar elementos norteadores de contribuição científica aos trabalhadores(as) negros(as) do Estado da Paraíba.

O mergulho em defesa das questões específicas de gênero e etnia deu como resultado o trabalho ora apresentado, com muita garra, lágrimas, decepções, ousadia, isolamento, angústia e medo, às vezes. Mas, como diz o grande poeta e artista paraibano que muito nos orgulha, Zé Ramalho, é aquele que fere... que nos dá a ideia de sairmos do poço:

A terceira lâmina

É aquela que fere,
que virá mais tranquila
com a fome do povo,
com pedaços da vida,
com a dura semente,
que se prende no fogo
de toda multidão.

Acho bem mais do que pedras na mão,
 Dos que vivem calados,
 pendurados no tempo,
 esquecendo os momentos, na fundura do poço,
 na garganta do fosso, na voz de um cantador.

E virá como guerra,
 a terceira mensagem,
 na cabeça do homem,
 aflição e coragem,
 afastado da terra,
 ele pensa na fera,
 que o começa a devorar.

Acho que os anos irão se passar,
 com aquela certeza,
 que teremos no olho novamente a idéia,
 de sairmos do poço,
 da garganta do fosso
 na voz de cantador (Zé Ramalho).

Na medida do possível, participamos das atividades referentes a gênero, no Centro da Mulher 8 de Março e no SINTEP, nas questões educacionais. Este possibilitou um entendimento e uma análise mais lógica dos fatos, bem como uma coerência no **“dizer” e no “fazer”**, embora tendo o entendimento do desgaste físico, emocional e político no enfrentamento das questões postas.

Sabemos que o trabalho consciente significa liberdade e criatividade e que pelo trabalho, os homens se libertam, se humanizam e constroem a história. “A história é o resultado do trabalho coletivo das mulheres e dos homens reais localizados no tempo e no espaço, os quais se tornam, pela sua prática, pelo seu trabalho, pela sua criatividade, forças sociais que impulsionam o processo histórico. São eles que fazem a história. Portanto, buscamos fazer história baseada na própria história, na perspectiva de na ação coletiva dar significado real ao viver”.

A experiência nos revela que mergulhar no (des)conhecido mundo imaginário consciente, é tarefa de risco. Nossa pretensão é desafiadora e questionadora: mexer nas estruturas institucional e pessoal.

O nosso trabalho de pesquisa teve como objetivo da investigação compreender o significado da educação para os trabalhadores negros e negras da educação de João Pessoa-PB e sua relação com o mundo do trabalho; buscou-se identificar as concepções e representações desses trabalhadores sobre a sua condição, suas raízes e seus interesses comuns. Verificou-se,

ainda, a trajetória de vida social e profissional e seu confronto com os valores da sociedade dominada pelos brancos.

A pesquisa buscou contribuir na investigação da identidade negra na sociedade negra brasileira, em geral e, na realidade paraibana, em particular, uma vez que a educação enquanto aparelho do Estado não foge as regras de imposição ideológica. Por ser nosso sistema de ensino herdeiro do colonialismo, está voltado para produzir os valores evolucionistas, etnocêntricos ou eurocêntricos, reforçando a hegemonia quase absoluta dos valores europeus. O exercício da legitimação desse poder tem uma forte aliada no processo – as universidades.

Luz (1989, p. 12) retrata muito bem o papel da academia, quando afirma:

O exercício da legitimação desse poder culmina na universidade onde as bibliografias, as citações, principalmente de autores europeus, dão legitimação a “verdades” e resultam em poderes institucionais aos que escrevem dessa forma, artigos e teses. Portanto, o que é legítimo, na verdade, é o próprio poder impessoal do Estado através da escrita.

Segundo referido o autor (1994, p. 19-20):

A diferença de sexo, **raça**, etnia, cultura, civilização e natureza, percebida pelo europeu, no contexto da expansão colonial, sempre esteve determinada pela necessidade de uma medida da absoluta desvalorização do outro [...]. Esta falsa representação do colonizador acompanha a ação de colonizá-lo, de conquistá-lo, escravizá-lo e explorá-lo.

Nesse contexto, a diferença é sempre representada e percebida como desigualdade. Essas formas de prática sociais, representações e percepções constituem o ponto de sustentação e referência das ideologias teórica colonialistas e neocolonialistas.

Nesse sentido, esses procedimentos também são encontrados no contexto educacional, onde trabalhadores e alunos negros, bem como familiares destes, são cotidianamente submetidos e expostos a práticas racistas, dando margem a situações conflituosas e depreciação da autoestima.

A conjuntura atual requer ações políticas, jurídicas e educação a nível nacional, estadual e municipal, que possam remeter a medidas de intervenção, prevenção e punição discriminatórias.

Dentro de uma perspectiva da problematização da educação brasileira são estudadas as construções dos trabalhadores negros da educação de João Pessoa-PB. O estudo tem por base

o enfoque da etnicidade e não da raça e perpassa a definição de classe social. A proposta de estudarmos as identidades dos trabalhadores negros da educação tem na sua base uma discussão da forma hegemônica que é tratada a cultura oficial brasileira em dissimetria à pluralidade cultural étnica regional e local.

Os estudos das identidades negras na educação têm recebido restrições por parte dos profissionais acadêmicos da Região Nordeste. Questionamentos de fundo pseudocientíficos são levantados sobre a possibilidade e propriedade de tais estudos, bem como da existência de negros na região. Em contrapartida, estudos intensivos sobre a temática são encontrados na Região Sul/Sudeste, com número significativo de artigos e teses de mestrado e doutorado. Portanto, o caráter central da pesquisa é a de investigar como os trabalhadores negros da educação constroem seus processos identitários.

As tensões existentes entre as culturas plurais e a cultura oficial, entre liberdade de expressão das culturas negras e a hegemonia de uma cultura europeia, estão presentes nas construções identitárias dos grupos sociais.

O universo da pesquisa limita-se à capital João Pessoa-PB, abrangendo os trabalhadores (homens e mulheres) perceptivos como negros na categoria afro-descendente. A localização geográfica das escolas pesquisadas concentra-se em bairros entendidos como núcleos urbanos, regiões periféricas e áreas do centro da cidade, numa média de três escolas de 2º grau das redes pública e privada.

Os pesquisados totalizam um número de vinte e duas pessoas, as quais ocupam cargos e/ou funções variadas (Administradores Escolares, Professores, Especialistas em Educação, Técnicos de Nível Médio e pessoal de apoio). As abordagens metodológicas são dados qualitativos e quantitativos.

Capítulo I

A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE EXCLUSÃO

A educação formal se constitui desde os anos 30. Considerada como símbolo e elemento-chave no processo de mobilização social, representa uma aspiração de parcela das camadas populares. Ao ingressar na escola, os alunos e alunas negras, bem como os profissionais lotados no sistema de ensino público e privado, afora os familiares destes, constataam a discriminação étnica existente no interior dessas unidades de ensino e no sistema educacional como um todo. Passando-se, portanto, ao convívio do processo discriminatório e de desvalorização da etnia negra e ao conflito existencial.

A escola é um dos locais onde a identidade do indivíduo é construída e o contato com os profissionais envolvidos na investigação nos possibilitou perceber a representação que os mesmos possuem desse espaço. A escola apresenta-se como um teatro dividido entre atores e coadjuvantes. Uma relação superficial de conveniência entre estes.

O esquema estrutural de dominação existente entre brancos e negros se reproduz no universo da escola dos negros e negras através da repetência, evasão, dificuldade de aprendizagem dos alunos negros, na dificuldade de ingresso no grupo ocupacional do magistério para os profissionais, sobretudo, na rede particular de ensino e nas universidades tanto na qualidade de aluno quanto como profissional daquela instituição, seja ela pública ou privada. Afora outros mecanismos discriminatórios que dificultam o acesso e a permanência da população negra nas escolas de 1º, 2º e 3º graus públicas e privadas do país.

No contexto escolar e educacional do Brasil, cada indivíduo desempenha papel(éis) resultantes de uma identidade atribuída socialmente; cada ator ou atriz deve desempenhar o seu papel consciente de que na peça encenada há uma hierarquia estrutural que determina quem são os atores e quais são as ações que eles podem encenar. Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que os grupos étnicos dominados acabam por se perceberem como inferiores e desiguais, introjetando esses papéis.

A instituição escola tende, dessa forma, a criar uma dificuldade de identificação desses indivíduos com seu grupo de origem e colabora para a perda de sua identidade cultural, quando induz a crença de que são portadores de uma subcultura muita das vezes analisada como folclórica pelos agentes pedagógicos em situações diversas, desde o material didático

que contém imagens estereotipadas dos negros, a linguagem, ao repasse dos conteúdos etnocêntricos, ao “silêncio” as questões racistas sofridas pelos alunos e profissionais (piadas, apelidos, negação de vagas para (estudar e/ou trabalhar) nos estabelecimentos de ensino).

A negação, o desconhecimento ou omissão da História real da África nos currículos e programas. Toda esta gama de falta de relato ao público das contribuições preciosas da civilização Afro-descendente a cultura brasileira, gera, sobretudo nas crianças negras, insegurança, e autodesvalorização, desencadeando autorrejeição e a construção de uma identidade negativa.

A escola é uma instituição reprodutora das relações assimétricas existentes na sociedade, sendo assim, possuidora de um poder limitado no que tange a resolução de problemas originados pelas relações inter-étnicas conflitivas e, em nível de democratização das ações pedagógicas, deve ter a preocupação de instrumentalizar-se, teórica e metodologicamente objetivando efetuar a crítica ao sistema brasileiro de ensino, perpassando pela análise do currículo, a formação e à prática educativa dos profissionais, e ao uso do material didático, visando desenvolver nos educandos o conhecimento do negro brasileiro na sua particularidade, refletindo sobre o pluralismo étnico de nossa sociedade.

Pesquisadores que estudam o negro no Brasil afirmam que, em sociedades pluriétnicas, uma escola que pretende ser democrática, deve refletir sobre as relações interétnicas, interessando-se por entender que culturas diferentes produzem visões de mundos diferentes e, conseqüentemente, um modo de ser e estar no mundo diferente.

A luta por liberdade realizada pelas comunidades negras existentes no mundo inteiro é um demonstrativo do processo de resistência constante da população Afro-descendente. Temos conhecimento de grandes lutas ao longo da História e um dos exemplos que podemos citar é a Revolução Haitiana e toda a sua história de resistência cultural.

[...] um dos mais surpreendentes e importantes marcos da história política das Américas que produziu uma síntese de recriações Africanas ou de Africanos e descendentes Africanos, miscigenados ou não, transpõem as dificuldades políticas conjunturais e realizam uma revolução gloriosa que supera as elaborações das revoluções francesa e americana. Um movimento que produz, não apenas a independência de uma nação ou a tomada do poder político por uma burguesia, mas também a abolição do escravismo e a criação de uma nação liderada por populações negras nas Américas. Se não fossem por os absurdos de uma ciência política arraigada a preconceitos, por vezes disfarçados, desinformações racistas, a revolução dos negros do Haiti seria tratada como o mais significativo marco da história dos séculos 18 e 19. Teria outra dimensão no conhecimento histórico-político e social das Américas. Seria a base necessária de estudo ou reflexão para entendimento de zparte do pensamento político dos povos americanos (CUNHA, 1994).

Entre os problemas de ocultar a presença negra na cultura, temos um confronto com a ideologia do branqueamento:

A ideologia do branqueamento presente no currículo oculto transmitido pela escola faz com que o aluno afro-brasileiro rejeite a identificação com seu grupo social. Basta olhar qualquer livro didático para ver fotografia de meninos loiros, sorridentes e felizes, ornamentando os textos sobre família, prosperidade, alegria e fartura. O negro está como modelo nas situações de miséria, necessidade de receber esmolas, assalto e sujeira. Como se identificar, amar e se orgulhar de uma raça triste? (FONTOURA, 1987, p.19).

Analisando a situação de Fontoura, nos dá a certeza da intenção propositiva da exclusão da cultura negra, escamoteando todo o valor que nela está inserido, dando menção a homogeneização da cultura branca.

Frente ao exposto, podemos ainda exemplificar o processo evolutivo dos trabalhadores negros(as) da educação brasileira, a começar pelas temáticas de interesse de parcela das populações negras, as quais têm recebido fortes incrementos nos últimos dez anos nas diversas áreas do conhecimento, em respostas as solicitações e pressões dos movimentos populares, em particular do próprio movimento negro.

No campo da educação, a partir de 1979 e mais acentuadamente depois de 1985, um número significativo de teses e dissertações tem aparecido, tendo sido recenseado um número significativo de teses de mestrado e doutoramento, abordando a questão étnica negra. A temática tem um tratamento mais intensivo na Região Sul do país que no Norte e Nordeste.

A proposta de estudar as identidades negras da educação tem sido vista com restrições da parte dos profissionais acadêmicos da Região Nordeste. Questionamentos de fundo pseudocientíficos são levantados sobre a possibilidade e propriedade de tais estudos. Perguntas sobre a existência de negros na região e o significado da palavra, também são avançados.

A problemática torna-se de caráter ideológico, uma vez que, as mesmas interrogações não são propostas para as identidades brancas nacional. Outra questão problemática é a questão do racismo. Existem fortes resistências a admitirmos a existência dos racismos no Brasil e também no enfoque deste dentro das estruturas de classe. Os meios acadêmicos da região nordestina, a negativa da existência do racismo, são sistemáticos e produzem um corpo de discurso que impedem o tratamento das questões das relações inter-étnicas e das afro-descendências na região nordestina brasileira. A nossa proposta foi a de investigar partindo

desses pressupostos, como os trabalhadores negros da educação paraibana constroem seus processos identitários.

O estudo teve por base o enfoque da etnicidade e não de raça. Etnia abre possibilidades características significativas para o tratamento das relações interétnicas brasileiras. O conceito de etnia, em contraposição ao de raça, foge as questões biologizantes que eliminam as perspectivas históricas e sociológicas na abordagem dos grupos sociais, em particular, da população negra.

A proposta de estudarmos as identidades dos trabalhadores negros e negras da educação paraibana tem na sua base uma discussão da forma hegemônica que é tratada a cultura oficial brasileira em dessimetria com a pluralidade de cultura regional, local e étnica. As tensões existentes entre as culturas plurais e a cultura oficial, entre liberdade de expressão das culturas negras e a hegemonia de uma cultura branca européia, estão presentes nas construções identitárias dos grupos sociais.

A educação tem um sentido hegemônico, eurocêntrico, tradutora da hegemonia da classe e da etnia. O trabalho educacional implica num grau de grande conformidade com o sentido do hegemônico. O estudo dos processos identitários dos trabalhadores negros da educação perpassa por essas problemáticas conflituosas. O racismo como componente das estruturas de dominação de classe na sociedade brasileira, impõe presenças identitárias dísparas e negadoras das pluralidades sociais e culturais excedentes, aparecendo de formas diferenciadas nos processos educacionais brasileiros. A exclusão das temáticas de interesse dos afro-descendentes é um resultado da forma brasileira, particular, das exclusões de fundo racista.

A cultura oficial age como forma de alienação e reprodução da dominação da etnia euro-descendente. Esses processos de alienação não são totais em decorrência da existência e persistência de culturas resultantes das transformações das matrizes culturais africanas. Daí o nosso interesse de compreender as culturas sobre as quais os trabalhadores da educação tiveram expostos e dentre estas, quais tornaram operacionáveis nas suas práticas de vida e profissional.

O desafio maior está na necessidade de os trabalhadores da educação paraibana abrirem uma discussão aprofundada, sistemática e persistente no interior das instituições de ensino e dos sindicatos da categoria sobre a questão em pauta, uma vez que as identidades negras brasileiras são pouco conhecidas, não sistematizadas e por vez negadas.

Quando trabalhamos na construção de uma identidade que nos define como pessoa, estamos construindo uma identidade para um país. Para se construir uma identidade, precisamos de um referencial, tendo em vista que a educação como processo de construção de conhecimento trabalha a realidade. E a identidade, consiste em assumir-se plenamente a condição de ser negro ou negra com dignidade e orgulho. É com esta visão de mundo, que buscamos a construção identitária de homens e mulheres negros, abertos a novas experiências.

O nosso entendimento é por uma educação pluricultural, tendo em vista que o universo escolar se limita a confirmar e a reforçar um *habitus* da cultura oficial eurocêntrica, estando alheia aos valores e às condições da etnia negra e indígena.

Até que ponto o nosso existir como pessoa estabelece uma relação nossa de identidade com o nosso existir social e com o nosso fazer pedagógico?

A educação que se dá em múltiplos e diversos locais tem que ser disseminada no campo social, a fim de que as experiências possam ser trocadas em processo criativo de mútua realimentação. Ela tanto pode servir de modelo estabelecido, realimentando-o acriticamente, como pode ser uma reflexão crítica a este modelo, buscando alternativas com práticas sociais concretas. Esta prática deve buscar a emergência de valores de “solidariedade, liberdade e igualdade”.

Somos no cotidiano convocados(as) a optar por um desses caminhos, porém, quanto aos resultados do caminho escolhido não nos são assegurados. Na caminhada e na construção nos deparamos com outros construtores. Por vezes, ocorre mútua ajuda, porém, nem sempre é possível, desde que o viver no coletivo nem sempre é facilitado pela própria pessoa envolvida, entrando no jogo dessa relação: a política, a negociação e o campo do possível.

Capítulo II

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Dentro de uma perspectiva da problematização da educação brasileira são estudadas as construções identitárias dos trabalhadores negros e negras da educação de João Pessoa-PB, tendo por base o enfoque da etnicidade e não de raça e perpassa a definição de classe.

Os anos 60 trouxeram um novo quadro nos estudos das relações raciais no Brasil. Os cientistas sociais, apesar das suas divergências sobre a interferência do fator raça na mobilidade social, concluíam que, quanto mais próximo da raça negra, mais provável seria encontrar o brasileiro nas camadas pobres e miseráveis da população. Iniciando-se, portanto, a discussão sobre o fato de que as desigualdades sociais mostravam também, as desigualdades raciais. Sendo questionado o “mito da democracia racial”.

Estudiosos como Florestan Fernandes, Henrique Cunha Junior, Consuelo Dores Silva, Marco Aurélio Luz, Kabengele Munanga, Luiz Alberto Oliveira, Nilma Lino Gomes, Rosa Barros, Ivonildes Fonseca e tantos outros, deram contribuições que confirmam as desigualdades entre os segmentos negros e brancos da população brasileira. No entanto, existe uma visão otimista quanto ao futuro das relações raciais na sociedade capitalista. Sob esse ponto de vista, a tendência da discriminação racial terá o seu desaparecimento com o advento da industrialização.

Para Fernandes (1978), a situação do negro após a escravidão resulta entre outros fatores, de uma inadaptação do negro à sociedade competitiva, ou seja, a exclusão do negro decorreu com mais eficácia dos fatores sociais que dos raciais, haja vista que a marginalização foi inevitável devido a herança do seu passado escravista. A situação do ex-escravo estava determinada pela sua incapacidade de adequação aos esquemas contratuais do trabalho livre, permitindo que os imigrantes europeus ganhassem a concorrência na situação de compra e venda da força do trabalho.

O autor afirma ainda que a experiência da escravidão foi tão perversa e profunda que teria bloqueado o trabalhador negro para ser assumido pela sociedade competitiva. Quer dizer, que a sociedade que demanda o trabalho livre, considera o escravo ou o liberto que explorou durante séculos, bloqueado para se tornar trabalhador livre por ter sido submetido à condição

de trabalhador compulsório. Por ter sido ex-escravo, não possuía os valores, a cultura, os hábitos de trabalho requeridos para ser eficientes na sociedade competitiva.

Na sociedade de classe, ao tornarem-se “todos iguais perante a lei”, nos remete para uma análise no que tange aos aspectos culturais e estruturais. Porque o negro é sempre apontado como o culpado da sua posição de segurança social? Existe uma intencionalidade em reduzir sua capacidade, levando-o sempre para sua espoliação, criando-se mecanismo para submeter o negro(a) a acomodação no sistema de posições e vantagens assimétricas.

Partindo-se do pressuposto do sujeito sociocultural que somos, lançamos o olhar com profundidade a questão da identidade dos trabalhadores negros na educação paraibana, uma vez que, ser negro(a) no Brasil representa um acúmulo de lutas, conflito constante, indignação, depressão, avanços e retrocessos. Significa uma luta diária entre a afirmação e a negação de nossas origens étnicorraciais. É buscar se autoafirmar numa sociedade machista, racista e classista. Ocupar espaços públicos, sair do anonimato privado do lar (quando existe), e requerer uma série de condições psicossociais estruturadas para se manter firme no propósito idealizado. Significa também, rompimento com vários estereótipos criados sobre o negro(a) brasileiro(a) de que ele(a) não é capaz intelectual e tecnicamente.

A trajetória de homens e mulheres negros, desde quando foram trazidos como escravos(as) para o Brasil, foi de luta e resistência, conseguindo estabelecer-se com dignidade no espaço público. Narrar a trajetória dos trabalhadores negros da educação paraibana é traçar a trajetória do povo negro brasileiro. Implica em luta, emoção dor e resistência. Buscamos através dos depoimentos dos pesquisados perceber como tem sido construída a identidade social e profissional desses trabalhadores e qual a relação com trabalho, com os sindicatos da categoria, com os partidos políticos e como as questões culturais e sociais interferem na sua prática pessoal e profissional.

A identificação étnica se constrói em um longo e doloroso processo, que se inicia desde as primeiras relações nos grupos sociais (família, vizinhos, escola e trabalho). Geralmente esse processo se inicia na família por ser o grupo social mais íntimo, e aí criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. Essas relações estabelecidas são fundamentais para a formação do povo negro, uma vez que, “o espelho” que a sociedade apresenta-lhe é padrão (branco, homem, rico, inteligente). Como construir uma identidade, tomando como referência esse modelo estruturalmente imposto?

Decorrente de tal fato, nosso trabalho sobre relações étnicas tem a ver com a compreensão dos complexos processos de formação humana e de educação. E este processo,

construirmos enquanto sujeitos sociais e culturais concretos incluídos em relações de classe, gênero e etnia. Pela percepção, respeito às diferenças na diversidade existente. Para que nivelar? Negar? Ou escamotear este fato? Não podemos fugir da realidade que o gênero e a etnia fazem diferença na construção de trabalho, nos partidos políticos, nos sindicatos, nas relações afetivas, na alfabetização, nos cargos e títulos acadêmicos.

Olhar para o céu pela peneira traz no bojo a negação real. A educação brasileira busca incutir nas mentes negras e brancas uma imagem falseadora ao negar a verdadeira história da África. A ideologia do branqueamento presente no “currículo oculto”, transmitido pela escola, faz com que o aluno afro-brasileiro, bem como o trabalhador e a trabalhadora negros rejeitem a identificação com o seu grupo étnico. Basta nos determos nos livros didáticos, a cultura afro-brasileira, ao número insignificante de profissionais e alunos negros nas unidades de ensino de 1º, 2º e 3º graus.

A historiografia oficial e a sociedade brasileira têm uma dívida social para com o povo negro. É apresentada para estudo e conhecimento geral, a história dos colonizadores, omitindo-se as formas de organização e cultura africana e afro-brasileiras. O pesquisador Cunha (1993) faz uma análise profunda de como a História do Brasil omite os fatos importantes sobre o continente africano.

Os conhecimentos africanos e as especializações de trabalho os negros africanos tinham obtidos através de um longo passado histórico, pleno de grandes realizações em todos os campos da cultura humana.

Durante grande parte da história humana a África produziu centros de grande desenvolvimento cultural, intelectual e tecnológico, com contribuições civilizadoras largamente superiores a dos europeus. Podemos dizer que enquanto as populações europeias ainda habitavam cavernas e choupanas, andavam seminus, pintavam seus corpos com tintas azuis e abrigavam-se contra o frio em retalhos de pele de animais, não conhecendo a tecelagem, as populações africanas comercializavam a seda e outros tecidos e construíam obras importantes como Pirâmides do Egito ou as cidades do Zimbábue [...]. As populações africanas trazidas para o Brasil proviam de locais onde viviam em liberdade, com cooperação entre as pessoas na realização do trabalho e do viver. As terras de onde são originários, os escravizados brasileiros possuíam princípios filosóficos que impunham grande respeito à vida, aos seres humanos, à natureza e a todos os elementos participantes da vida das mulheres e homens e a todas das comunidades [...]. Tendo vivido na África em cidades e vilas organizadas e política e economicamente fazendo parte de reinos e impérios importantes, os negros trazem este conhecimento e experiência para o Brasil. Devido à pressão da escravidão, de ausência de criatividade, social e política, o conhecimento africano e suas capacidades intelectuais têm restrição para o aproveitamento pleno na construção do Brasil Colonial. No entanto, apesar das condições contrárias grandes realizações históricas, como os quilombos, grandes construções tecnológicas como as técnicas agrícolas, as do ferro de ouro, forma introduzidas pelos nossos ancestrais africanos no Brasil (CUNHA, 1993).

A citação acima é um exemplo de como nossa História é repassada de forma distorcida, favorecendo a história oficial como legítima. Assim sendo, a noção que temos é de uma África às *avessas*. Segundo estudos realizados por Cunha Júnior (1997), o principal problema encontrado no processo de ensino e aprendizado da história africana não é relativo à história e à sua complexidade, mas é com relação aos preconceitos adquiridos num processo de informação desinformada sobre a África. Essas informações, de caráter racista, são produtoras de um imaginário pobre e preconceituoso, brutalmente erradas, extremamente alienantes e fortemente restritivas. Seu efeito é tão forte que as pessoas quando colocadas em frente a uma nova informação sobre a África, têm dificuldade em articular novos raciocínios sobre a história desse continente, sobretudo de imaginar diferente do raciocínio habitual.

2.1 AS RELAÇÕES POSSÍVEIS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Como o negro se define a si próprio? Este questionamento parte do princípio de vivenciar-se cotidianamente como um grupo estigmatizado trazendo dentro de si elemento que contribuem para uma autoimagem, a priori, autodestrutiva.

Ao tratarmos da construção da identidade do homem e de mulher negros, nos remete a busca, de uma identidade negra e coletiva, onde no universo que se está inserido, estes homens e mulheres, são considerados agentes históricos. Para tanto, ao estudarmos os conceitos ligados a “identidade”, devemos nos voltar ao sentido genérico da palavra. Observamos a citação a seguir:

“A especificidade da construção dessa identidade implica o cultivo das tradições africanas (memória coletiva), pois devido à diáspora, os grupos étnicos não brancos se encontram desenraizados de seu espaço de origem” (SILVA, 1995). Historicamente, no bojo das discussões das identidades negras, os intelectuais e a cultura negra, têm significada relevância na busca desse objetivo. Para melhor se ter um entendimento a respeito desse fato, a citação abaixo nos remete a uma reflexão lógica sobre a identidade negra.

As manifestações de cultura negra sempre existiram enquanto expressões culturais, elas estão particularizadas nas ações africanas (por exemplo: um gesto, uma fala, um canto), porém, o movimento da negritude só pode surgir no momento em que o grupo de intelectuais toma como objeto de reflexão a condição do negro diante do homem branco.

Aimé Césaire, Senghor, Alioune Diop são intelectuais que, vivendo um momento pós-guerra, se voltam para a África na busca de uma identidade negra que é, no entanto,

algo virtual. Isto é, eles tomam como substrato de reflexão as expressões culturais negras e constroem uma identidade étnica que se contrapõe à dominação do senhor branco. Os movimentos negros atuais operam de maneira análoga. Eles buscam forma concretas de expressões culturais para integrá-las e reinterpretá-las dentro de uma perspectiva mais ampla. Nesse sentido, no caso dos movimentos negros brasileiros, a cultura afro-brasileira não é simplesmente vivenciada na sua particularidade, mas o singular passa a definir uma instância mais generalizada de conhecimento. Ao integrar em um todo incoerente as peças fragmentadas da história africana (negra) – (candomblé, quilombo, capoeira), os intelectuais constroem uma identidade negra que unifica os atores que se encontravam anteriormente separados. A identidade é neste sentido elemento de unificação das partes, assim como fundamento para uma ação política [...]. Na verdade, o que se propõe é a interpretação do passado e da cultura negra orientando-os no sentido de um movimento social (ORTIZ, 1985, p.141).

A identidade, conforme aborda o autor, faz um demonstrativo psicossociológico da identidade. Mas sabemos que a construção de uma identidade pessoal é sempre fruto das relações permeadas de significados em que o “eu” e o “outro” estão em conflito. Estas pressões forjam a identidade do indivíduo pertencente a uma categoria estigmatizada e mostram que a identidade de indivíduos e de grupos se constrói dialeticamente.

Na realidade brasileira, os negros trazidos para o nosso continente na época da Colonização eram originários de diferentes regiões africanas, aqui chegando, foram distribuídos de forma tal, que dificultava a comunicação nos mesmos dialetos, impedindo sobremaneira a interação dos grupos entre si, podendo com isso, ocasionar a perda da identidade grupal, tendo em vista o fato dos mesmos estarem por força circunstanciais “obrigados” a político e culturalmente, dividirem-se, conseqüentemente, a se comunicar no idioma branco.

Ao longo dos anos, levou-se de forma articulada e bem elaborada pela classe dominante, que o trabalho servil é desvalorizado, levando-nos à crença de que, o escravo foi incapaz de elaborar formas individuais e coletivas de resistência à escravidão. O que tentavam sempre inculcar nas mentes era idéia de: “negro preguiçoso”, “mau – escravo”. E por quê fugir ao estado de “coisificação” imposto pela participação social? É sabido que ninguém nasce com a pré-disposição para ser um escravo(a), mas as circunstâncias históricas é que são determinantes desta condição.

Mais de três séculos de trabalho compulsório resultaram na concentração de negros em regiões brasileiras consideradas menos favorecidas economicamente e os condicionaram a uma posição hierarquicamente inferior. Dessa forma universal imposta pela sociedade racista e classista, nascer negro no Brasil normalmente significa “nascer” nas famílias de baixo *status* socioeconômico, ou seja, estar aquém dos bens de consumo, de condições dignas de vida. É

determinado a este(a): a prostituição, os manicômios, os presídios, as favelas, o analfabetismo, a miséria absoluta.

No transcorrer da História do Brasil, a busca pela liberdade, e sua afirmação como pessoa humana, para o povo negro, é exaustiva e dolorida. A pessoa negra é a cada momento, submetida a situações que colocam em jogo a sua negação e/ou afirmação de identidade étnica negra. Como contrapor-se a um mundo em que os coloca a cada instante em situação de inferioridade? De relés da sociedade, em objeto secundário.

A essas e tantas outras indagações que perpassam no interior de cada pessoa consciente da situação que lhe é imposta secularmente, tem um fator de unidade coletiva, ou seja, a busca da identidade que seja individual ou coletiva.

A construção dessas identidades quer como pessoa isoladamente ou na qualidade de trabalhador negro ou negra, na educação paraibana, nos remete a uma análise de situação desse trabalhador(a). No Sistema Educacional Nacional, em particular, na realidade educacional paraibana, no que tange aos aspectos de mercado de trabalho, grau de instrução, posições hierárquicas de trabalho ocupadas, participações em movimentos sociais, políticos e sindicais, para termos um espelho do processo evolutivo desses trabalhadores no cenário nacional e estadual foram elementos norteadores que tiveram para o desenvolvimento da temática, em caráter científico, no Mestrado em Educação da UFPB.

2.2 O ESTEREÓTIPO COMO AUTOPERCEPÇÃO DAS PESSOAS

O estereótipo é uma visão simplificada e conveniente de um indivíduo ou grupo qualquer utilizada para estimular o racismo. Ele constrói ideia negativa a respeito do outro, e é nascido da necessidade de promover e justificar a agressão, constituindo um eficaz instrumento de internalização da ideologia do branqueamento. Os estereótipos influenciam negativamente a autopercepção das pessoas, desde que essas pessoas pertençam a grupo ao qual se atribua características distorcidas e cristalizadas.

Durante a escravidão, o africano foi estereotipado como “selvagem”, “primitivo”, “mau”, “instintivo”, “sem alma” para justificar sua sujeição a maus tratos. Durante a campanha abolicionista utilizaram-se os estereótipos do escravo “demônio e imoral”, respectivamente para o “escravo combativo” e a escrava “ávida de sexo”, como forma de amedrontar os

senhores, lembrando-lhes a qualquer momento que contribuíam para dissolver a “moral” individual e familiar com sua incontinência sexual.

A “mulata”, denominação dada à mulher negra de pele mais clara, é vista como exótica, lasciva e sedutora, porém, enquanto a sua beleza é interpretada como produto de sua “positiva” ascendência branca, a lasciva viria da “negativa” origem negra. Por outro lado, fazendo uma análise da palavra “mulata”, com sua origem derivada de *mula*, temos a conotação pejorativa do termo.

O estereótipo da mulata lasciva, excitante, fascinante foi utilizado no período pré-abolicionista para colocá-la como a causadora da dissolução dos lares e corrupção moral dos homens brancos. Após a abolição, os mesmos estereótipos são utilizados para coisificá-la, ao mesmo tempo em que se promove o culto à mulata, na tentativa de dizer que aqui existe uma democracia racial. Em nenhum momento ela é vista do resultado do branco com a negra escrava, como objeto de relações humanas, destituída de pejorativos ou de dominação.

2.3 O ESTEREÓTIPO NO LIVRO DIDÁTICO

Os materiais pedagógicos têm papel fundamental na reprodução das ideologias, uma vez que expedem visões estereotipadas dos segmentos oprimidos da sociedade. Entre eles sobressai-se, pela importância que lhe é conferida pelo país, alunos e professores, o livro didático, considerado o depositário da verdade e a memória conservada das civilizações. Contudo, muitos processos civilizatórios e muitas visões de mundo são omitidas ou distorcidas pelo livro, que veicula na maioria das vezes a visão de mundo e o processo civilizatório das classes dominantes.

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico e cultural, o cotidiano e as experiências do segmento subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação de sua identidade e auto-estima.

Não é apenas o livro o transmissor dos estereótipos. Contudo, é ele que, pelo seu caráter “verdadeiro”, pela importância que lhe é atribuída, pela exigência social de seu uso, de forma constante e sistemática, logra introjetar na mente das crianças, jovens e adultos, visões

distorcidas e cristalizadas da realidade humana e social. A identificação da criança com as mensagens dos textos concorre para a dissociação da sua identidade individual e social.

Nesses livros, a experiência da criança negra está excluída do processo de comunicação, uma vez que o autor se dirige apenas ao público nele representado, constituído para crianças brancas de classe média. Essas obras são produzidas para educar crianças brancas, e educá-las mal, constituindo-se em veículo de preconceito contra a criança negra.

Omitindo e distorcendo a história, os valores culturais, o cotidiano e as experiências da criança negra, o livro concorre significativamente para a fragmentação da sua identidade étnica e seu branqueamento espiritual e físico.

Por outro lado, a crítica e a reflexão sobre o que é lido podem ensejar a diferenciação entre os aspectos úteis e ideológicos no livro didático. Esse livro pode constituir-se em importante instrumento de reflexão, um meio de desenvolver o senso crítico, através da análise, comparação e crítica dos seus textos e ilustrações.

O livro didático coloca de forma explícita a intenção de inferiorizar e desumanizar o negro, que é descrito e ilustrado de forma caricaturada, deformada, associados a seres destrutivos e sujos.

O negro aparece caricaturado com expressão fisionômica desumanizada e associada a animais. A criança negra é associada ao macaco, na expressão facial, no vestuário e nas atividades que desempenha. Como exemplo dessas associações, temos nos livros *As brincadeiras de Camila* (p.31-37) e *Ciranda do saber* (2ª série, p.58), entre outros.

O professor e a professora são os principais mediadores dos estereótipos veiculados nos livros didáticos. Este professor(a) é preparado para ensinar a um aluno ideal, o qual nem sempre existe nas escolas públicas.

É necessário que no conjunto das escolas (professores/as e equipe técnica pedagógica) saibam selecionar os livros, tendo cuidado com os conteúdos racistas dos mesmos. Denunciar e rejeitar os que assim procederem. Quebrar o “círculo vicioso” de apenas “escolher”, o que já é indicado pelo MEC e pelas Secretarias de Educação, os quais, na maioria, são preconceituosos e aquém da realidade do universo escolar. Nestes meus vinte e três anos de atuação nas redes pública e privada de ensino, não recorro de nenhum momento em que os profissionais fizessem uma relação prévia dos livros didáticos baseados na realidade das Unidades de Ensino. O costumeiro, o prático é uma “olhadela” nos pacotes enviados e

impostos pelas Secretarias de Educação. É necessário e urgente mudar esta prática, sobretudo aqueles(as) que sonham por uma escola diferente, humana.

2.4 A NOVA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

Tendo sido aprovada em 20 de dezembro de 1996, a nova LDB, após oito anos tramitando no Congresso Nacional, estabelece normas e procedimentos que afetam todos os níveis do sistema educacional. Entre as principais alterações estão a adoção de critério mais flexíveis na avaliação do aproveitamento escolar, a inclusão de instrumentos para o combate a repetência e a defasagem escolar (aqui, um determinante para os alunos(as) negros). Para orientar os novos currículos, a LDB determina a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

O PCN refere-se a dois ciclos que abrangem da 1ª a 4ª série. Cobrem, de lado, as áreas que compõem obrigatoriamente o ensino nestas séries: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Arte e Educação Física. De outro, abrange os chamados “temas transversais”, que não constituem disciplinas específicas de ensino, mas devem impregnar profundamente o conteúdo de cada matéria e todo o convívio social na escola. São os seguintes: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Cultura e Orientação Sexual.

A importância destes temas aponta para a responsabilidade dos educadores e de uma escola voltada para a vida cotidiana dos alunos, para a cidadania.

Os PCN foram elaborados a partir das práticas curriculares vigentes dos sistemas estaduais e municipais de educação, dos dados sobre o desempenho dos alunos e da experiência curricular de outro país. Durante dois anos, em 1995 e 1996 a proposta foi examinada por educadores, autoridade de ensino e organismos especializados.

É no tema “Pluralidade Cultural” que educadores deveram reconhecer a diversidade (étnico-religioso-cultural) como parte inseparável da identidade nacional. Conseqüentemente, os(as) educadores(as) deverão possibilitar aos educandos ampla oportunidade de opinar, lidar com o conflito resolver problemas assumir responsabilidades e pensar sobre as consequências de seus atos.

2.5 CURRÍCULO ESCOLAR

Segundo Oliveira (1997, p. 79-84), “É dentro da relação: escola, currículo escolar e currículo *vitae*, que percebemos a importância do currículo escolar como componente indissociável da história de vida dos indivíduos”. Segundo a autora, “em conjunto, currículo escolar e currículo *vitae* expressam o poder de articulação do indivíduo na sociedade”.

Analisando os currículos escolares, a autora nos aponta que em estudos realizados sobre relações raciais e educação, o negro é o segmento social mais atingido pela deficiência das políticas educacionais e dos serviços públicos. O mais alto índice de analfabetismo está entre os habitantes das regiões norte-nordeste, onde a população negra é mais representativa. A insistência do ocultamento destas questões no currículo escolar traz sérios transtornos à formação da identidade da criança negra que não vê a si e nem a seus ascendentes de forma produtiva.

Esta realidade, segundo a autora, nos remete aos estudos sobre a história de construção do currículo e o controle social. Ao analisar como os interesses sociais e econômicos serviram como base para a atuação dos primeiros especialistas em currículo nos Estados Unidos (APPLE, 1982, p. 95), apesar de argumentar que as escolas desenvolvem funções sociais muito importantes para toda comunidade, concorda também que “as escolas não foram necessariamente construídas para aumentar ou preservar o capital cultural de classes ou comunidades, mas sim, dos segmentos mais poderosos da população.

Capítulo III

DIVERSIDADE DENTRO DA UNIDADE

Fazendo uma retrospectiva histórica do processo originário e o desencadeamento de raça e de cor, podemos ter uma ideia do papel que cada civilização tem nesse contexto desumano e cruel do escravismo e do capitalismo racista brasileiro.

A vinda dos europeus as Américas, em 1492 em diante, as navegações para as Índias e a colonização da África, criaram as condições apropriadas para o desenvolvimento de uma ideologia sobre preconceito de raça e de cor. Associado a estes fatos, as mudanças sociais e econômicas ocorridas na Europa à época, foram até mais favorecedoras para o nascimento do racismo. O processo de industrialização e a inquietude social que ele gerou exigiram da organização capitalista da sociedade uma nova perspectiva para os seus membros.

Tanto na França como na Inglaterra, no fim do século XVIII e início do século XIX, a palavra raça passou a mudar de significado. Em contrapartida, nas colônias do Novo Mundo, colonizadores europeus e descendentes, acreditavam na subumanidade dos nativos.

Na metade do século XIX (1855), Gobineau considerado o “pai do racismo” publicou na Europa o seu trabalho intitulado *Ensaio sobre as desigualdades das raças*. Este trabalho explorava fundamentos biológicos para as diferenças raciais. A obra de Charles Kingsley, segundo alguns, chegou a criar uma filosofia racial no século XIX. Durante as décadas de 1850 e 1870, as ideias de raça e racismo se consolidaram na Europa. A partir dessa época, generalizou-se a crença de que certos povos, por questão de raça, não tinham a capacidade para progredir como tantos outros e os europeus passaram a reconhecer grandes diferenças entre os brancos e outras raças. Ao fim do século XIX, na Inglaterra, já existiam hospitalidade aos negros.

O trabalho de Darwin, *Origens das Espécies*, impôs grande desafio às ideias racistas através da teoria da *Evolução das Espécies*, a qual ia de encontro à crença na origem separada de cada espécie, também admitida que as raças não eram permanentes e podiam mudar com o tempo. Porém, os acadêmicos da época criaram o *Darwinismo Social*, admitindo que o preconceito racial favorecia a evolução.

3.1 BRASIL E OS POVOS ANCESTRAIS

Para o antropólogo Munanga (1995, p.122), “O Brasil como projeto de Nação e de povo, nasce de encontro das diversidades étnicas e biológicas e das mestiçagens resultantes desses encontros”. Este autor coloca que essa mistura é decorrente do processo histórico que teve início no fim do século XV e início do século XVI, com a colonização portuguesa, encerrando no início deste século, pondo em um único espaço os índios, os africanos, os europeus, os árabes e os orientais, oriundos de diversas culturas ou formações étnicas.

Em relação aos indígenas, estudos realizados no início do século XVI identificaram onze áreas culturais indígenas e seis grupos linguísticos. A diversidade do índio brasileiro é cultural e genética. Estudos revelam que o português provém de um processo de miscigenação secular e variada, na qual se destacam as contribuições dos fenícios, gregos, romanos, judeus árabes, visigodos, mouros, celtas e escravos africanos.

A África, conhecida pelos europeus no século XV, tinha desenvolvimento próprio, expresso em suas civilizações (Islã, Benin, Ife etc.), reinos, impérios, cidades. Lamentavelmente, a história da África esteve sempre ausente da formação escola do brasileiro. Não apenas a cultura, mas também a própria história da África é pouco conhecida na sociedade brasileira e tem sido referência deformada e com falsos relatos. É uma ignorância quase absoluta da história da África. Vivendo imersa em sua própria cultura, sem poderio bélico para se defender do conquistador e fracionada pela pluralidade de línguas, que lhe impedia a unidade da resistência. A África pouco resistiu ao golpe europeu. Sobre a conquista europeia, tivemos um longo período de lutas de 400 anos, desde 1419 até 1890, onde prevaleceu o poderio bélico da Europa.

Desse modo, entre 1890 e 1910, a África foi imolada através do retalhamento de seu território. A partir de 1914, todo continente africano passou a ser ocupado por tropas e administração de ingleses, franceses, espanhóis, portugueses, belgas, alemães e italianos. Estes produziam a revelia do africano a partilha do continente.

Ressaltando ainda, que muito antes da partilha do continente, a África vinha, desde 1482, sendo vítima de captura de pessoas transplantada para Europa e América num processo comercial de imigrações forçadas e utilizadas criminosamente como mão-de-obra escravizada. Este processo reduziu significativamente o povoamento dos países africanos e desestruturou a produção e comércio de muitas regiões do continente.

Aprisionados em seu próprio ambiente, os negros eram conduzidos aos portos de embarque, negociados, transportados como carga humana nos porões dos navios, vendidos como “peças” nas colônias e explorados ao limite máximo de sua resistência no desempenho do trabalho escravo.

No Brasil os africanos sofreram violências não só físicas como historicamente é conhecida, mas uma violência de história documental. Após a Lei Áurea, o Ministro da Fazenda ordenou a queima de parte dos documentos de registros dos africanos escravizados.

Uma parte da documentação histórica dos africanos, no Brasil, foi queimada em fogueira, na praça pública do Rio de Janeiro, no dia 14 de dezembro de 1890. Com essa atitude, tentou-se apagar, simbolicamente, da memória brasileira os sentimentos racistas. Porém, africanos e descendentes, conseguiram preservar e promover com brilhantismo admirável as suas tradições culturais. Embora, que, por mais cruel e desumano tenha sido o viver do africano e seus descendentes no Brasil pelo chicote, pela força, as correntes, pelo tronco, os capitães de mato com suas crueldades, o ferro quente, as torturas físicas e psicológicas, os estupros e mortes, não conseguiram calar a voz daqueles que acreditavam nas suas capacidades, na força da unidade de ações, no desejo de lutar pela igualdade de direitos e por acesso aos bens sociais.

As cicatrizes históricas servem como alicerces de luta cotidiana de um povo que jamais recuará frente às opressões, aos preconceitos e ao racismo enfrentados no cotidiano, porque ao brasileiro cabe ter o conhecimento histórico das suas origens. O racismo na sociedade brasileira, implícito nas relações sociais, tem como pano de fundo a negação desta origem. A crença na autovalorização enquanto raça, desrespeito as diferenças, gera em alguns o sentimento de hostilidade a outrem.

Na atualidade, os mecanismos discriminatórios são mais sofisticados e sutis, uma vez que ele está associado à raça e classe. O país vivencia hoje um processo de autoflagelo do seu povo. Estamos mergulhados num bojo de pobreza, miséria, analfabetismo, marginalização e perda de perspectiva de vida. Vivemos numa incerteza, perdemos a esperança, buscamos uma identidade nacional. O capitalismo penetrou de tal forma em nossas entranhas que estamos caminhando para um processo de autoflagelo de uma nação, enfrentando, segundo Luz (1994, p. 24-25),

toda ordem de pressões, especificamente resistindo ao processo civilizatório herdado de seus antepassados africanos e desta forma, marcam na atualidade indubitavelmente sua força e maciça presença no contexto da Cultura Nacional. O

valor da Cultura Negra que tanto enriquece o patrimônio cultural brasileiro ainda é praticamente desconhecido pela sociedade oficial. Sua riquíssima visão de mundo, com sua forma específica de comunicação, sua dimensão estética peculiar, seus conhecimentos científicos, de medicina, de matemática, de botânica, bem saber filosófico, psicológico e pedagógico, sofrem a ação de recalçamento d estereótipo e a ele resistem e reagem.

Durante a colonização, o Brasil se configura como uma sociedade caracterizada pelo binômio homem livre/escravo, não existindo a preocupação momentânea de uma sociedade global. Só a partir da Independência em 1822, tomando como referencial a abolição da escravatura, que a questão de formação de um povo e de uma sociedade são evidenciadas. Posta a questão, surge obstáculos na construção do objetivo: a diversidade biológica e étnica; acarretando nos pensadores e ideólogos da época buscar alternativas de uma identidade coletiva para o país, na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro. No pensamento da maioria destes pensadores, a “raça” constitui o eixo dominante a respeito da identidade nacional devido a influência das teses do determinismo biológico do fim do século XIX e início deste século, a exemplo dos pensamentos de Nina Rodrigues de Oliveira Viana e de Gilberto Freyre.

O pensamento desses autores ajudou a entender a construção da mestiçagem dentro da perspectiva da política nacional da época, a qual deu um referencial histórico para a construção da ideologia racial brasileira.

A mestiçagem, enquanto pensada como uma categoria, que serviria de base na construção de identidade nacional, não conseguiu resolver os efeitos da hierarquização dos grupos de origem e dos conflitos de desigualdade racial resultante dessa hierarquização constituindo-se em uma categoria intermediária hierarquizada entre branco, negro e índio. Dentro desse ponto de vista, a categoria *mestiço* passou a ser considerada mobilidade social, mediante o fato de o preconceito racial brasileiro ser de “cor” e não de “origem”, como nos Estados Unidos e na África do Sul. “Ao combinar o critério cor, ou seja, o grau de mestiçagem e a condição socioeconômica, os mestiços podem atravessar a linha da cor e reclassificar-se no grupo branco” (MUNANGA, 1995, p.123). Isso significa dizer que o mestiço brasileiro pode, teoricamente, atravessar a barreira do racismo. Essa passagem é um elemento do próprio mito chamado “ideal de branqueamento”, elemento este, utilizado como válvula de escape contra as injustiças sociais e as barreiras que o preconceito e o racismo impõem.

3.2 A ESTÉTICA COMO ELEMENTO DE PODER E DISCRIMINAÇÃO

A partir da ideia do Brasil ser um país de povo misturado baseado no tripé que foi construído as suas raízes (índia, negra e branca), foi lenta e progressivamente elaborado o mito da “democracia racial”. E dentro desse contexto histórico de misturas de raças, a dimensão estética tem um papel importante nas relações sociais, porque elas se concretizam através dos contatos reais entre os indivíduos.

Podem ser atribuídas características físicas negativas em relação aos modelos estabelecidos, a determinados indivíduos ou grupos sociais, para desprezá-los e assim, justificar as desigualdades. Fala-se de odores, de cores, de narizes, de tamanhos, das mãos, de tipo de cabelos, de olhos, de feiúra, como de marcas de corpo, que podem torna-se *handicapes*, estigmas, para justificar as exclusões. São os valores culturais de cada grupo que vão definir os modelos de beleza e feiúra. Os rostos, os gestos, a cor da pele, o tamanho, o olhar, as posturas, as roupas, transmitem mensagens diferentes em cada cultura, em cada grupo (MATOS, 1995, p.131-132).

Nesse sentido, entendemos que a estética pode ser utilizada como elemento de poder e de discriminação. A cor da pele, o tipo de cabelo, de lábios e de nariz revelam a origem étnica e social de grupos diferenciados que formaram o povo brasileiro, os quais tiveram um papel diferente em épocas diferenciadas da história brasileira. O corpo determina as significações precisas sobre o mundo. Ele é a matéria de símbolo, objeto de representações e de imaginários. O corpo do brasileiro, baseado neste princípio, transmite uma mensagem específica: sua origem étnica e seu *status* social.

A identificação com um “modelo” socialmente compatível ao imaginário social coletivo é a garantia de aceitabilidade ou de exclusão, tendo em vista o fato real do Brasil, em que a origem física e social são bem inscritas no corpo (físico/estético), associado à **aparência**, ou seja, que está de acordo com padrões europeus de beleza. O julgamento estético pode ser visto como um operador discursivo a engendrar a exclusão das pessoas de cor, vistas como feias (físicas, morais, econômicas (a pobreza)).

Constrói-se, assim, uma hierarquização a partir do julgamento estético:

- *Belo* é igual a: bom, responsável, agradável, cultivado, rico, branco/claro, descendente mais próximo dos conquistadores europeus.
- *Feio* é igual a: marginal, desagradável, ignorante, pobre, negro/escuro, descendente mais próximos dos escravos conquistados.

Dentro desse ponto de vista, os “*traços negróides*” —▶pele escura, cabelo ruim, encaracolado ou pixaim, nariz achatado, lábios grossos – são sinais visíveis de descendência escrava, dominada historicamente. A África foi, e talvez seja ainda vista como um continente a ser explorado.

Os “*traços brancóides*” - pele clara, cabelos finos e lisos, nariz afilado, lábios finos – revelam uma descendência europeia, de conquistadores. A Europa é vista ainda como um continente civilizado, avançado, “vencedor”.

Todos esses elementos nos remetem a realidade em que o povo negro está inserido no processo de inserção no mercado de trabalho, acesso à escolaridade, à saúde, a um relacionamento afetivo duradouro e respeitoso, na mídia, em propaganda; enfim, as oportunidades sociais, políticas, culturais, educacionais que se tem. Fazendo-se a análise fria do exposto, nos dá esta confirmação.

Como não ser envolvido pelo fantasma da autoimagem negativa do(a) negro(a), fotografia, reprisada a cada segundo através dos livros didáticos, piadas, pela exclusão social?

Os estereótipos funcionam desse modo como fator de desmobilização, gerando muitas vezes o afastamento para o despertar da consciência política dos negros, uma vez que hoje, ser negro significa uma categoria política forte, de resistência, de luta. Precisamos politizar o povo negro na perspectiva da desconstrução do estereótipo do negro cativo, pobre, feio, burro, da autoimagem depreciativa que tentam incutir em nossas crianças, jovens e adultos negros(a). É necessário, portanto, romper com esses modelos estéticos autoritários. Precisamos enterrar de vez “leis conservadoras” como modelos punitivos que não passam do papel, com brechas para os culpados serem absorvidos. Precisamos de ações concretas dos diversos segmentos sociais que lutam por uma sociedade justa e solidária.

3.3 A REAÇÃO AO RACISMO

Ainda é comum que as pessoas afirmem que “no Brasil não há racismo”. É uma máxima formalizada durante a Democracia Racial Brasileira (anos sessenta), quando diversos documentos do Itamaraty apareciam pelos centros culturais e/ou pensantes, com frases que categorizavam o “fim dos conflitos de raça no país”, pois “no Brasil, negros, brancos e índios são iguais e têm direitos respeitados”.

É evidente que o governo militar daquela época queria nos deixar de fora das lutas que se travavam por todo o mundo para a afirmação dos direitos dos negros a uma cidadania plena. Ainda bem que os militares ofereceram o “mito Pelé” para enganar a nossa população e os demais governos periféricos. Assim, o Movimento Negro Brasileiro teve espaço para construir uma imagem diferenciada dos demais países do mundo e interferir mais qualitativamente no aspecto de conscientização do Povo Negro, sem muita preocupação com a sanha dos militares, ávidos de sangue de “subversivos”, “comunistas”, “socialistas” e gente que pensasse nessa direção.

Então, deu para alinhar diversos “pensamentos” das várias correntes da negritude brasileira (capoeira, dança, folclore, religião, estudo, lazer, assistência, assessoria e formação etc.) no que se seguiram os grandes encontros, para que encontrássemos formas de se nos contrapormos à Democracia Racial do Itamaraty que, sem sombras de dúvidas, atiravam um balde de água fria nos projetos e planos da ex-Frente Negra Brasileira – FNB (extinta no Estado Novo), principalmente na perspectiva de se estabelecer um partido Negro no País.

De outra forma, os movimentos criados pelos negros norte-americanos também apontavam para os negros brasileiros tomar outras direções e encaminhamentos em suas questões: urgia a necessidade de que se dessem respostas concretas à população, de certa feita, embevecida pelo “milagre militar”, que apregoava um nacionalismo aos trancos e barrancos, sem eira nem beira, já que de “brasileiro” a gente só tinha a bandeira do país, pois todo o resto estava em franca negociação com as grandes potências do capitalismo.

Havia que se fazer alguma coisa!

Foram feitos os Congressos Nacionais de Movimento Negro reunindo-se, periodicamente, toda a “inteligência negra”, o pessoal mais ligado aos procedimentos acadêmicos da negritude.

Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Maranhão foram os estados que mantiveram toda a chama da negritude nesse tempo de ostracismo (fim da FNB até o surgimento do Movimento Negro Unificado - MNU).

3.4 O MOVIMENTO NEGRO NACIONAL

Principalmente no início da década de setenta é que se retomam novamente as discussões para a disseminação de um Movimento Negro Nacional: as deliberações, então, não supunham a criação de um partido mais a ocupação de todos os espaços possíveis de serem ocupados pela Comunidade Negra (inclusive mudara toda uma terminologia), desde cargo de direções em fábricas (onde os negros continuam maioria), bancos de escola e universidades, setor de serviços, setor cultural, setor religioso, parlamentos etc.

A partir daí, os foros nacionais (reuniões, encontros, seminários, congressos etc.) voltaram-se para esse compromisso: colocar cada vez mais negros e negras em evidência, ou seja, criava-se a consciência de que não bastava somente participar da vida do país, porém, era necessário que os homens negros e mulheres negras tivessem um compromisso de “aparecer” diante do país. Acreditava-se, então, que levaria a população a um processo de autoestima e de discussão para a busca de uma Identidade Negra para o Povo Negro Brasileiro.

3.5 CRIAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)

O Movimento Negro Unificado foi fundado em 1978. Provém do bojo das nossas ideias de “nacionalizar” a causa e o exercício da negritude. Seus primeiros cinco anos de existência foram de manutenção de ideias gerais: haviam os segmentos ditos radicais, por considerarem a luta e atuação determinantemente voltada para as questões do povo negro que se debatiam com os segmentos mais cautelosos e que consideravam as diversas possibilidades de atuação dos negros na sociedade brasileira (conflitos de raça e de classes). As discussões se acirraram e foram se configurando os “rachas” entre tendências, no que o país foi ganhando mais e mais grupos de Ação-Negra.

Outro aspecto positivo na história do MNU é que diversos intelectuais da negritude, que até então conservavam seus postulados pelas gavetas, tiveram oportunidade de teorizar as questões gerais da negritude: uma leva enorme de livros, cartilhas, brochuras, jornais, informativos e até algumas teses (especialização, mestrado, doutorado) começaram a aparecer por estes tempos. Daí por diante, estava dado o passo para o realinhamento do Movimento

Negro Nacional. A década de oitenta já nos encontraria com um movimento fortemente massificado, com projetos e programas bastante definidos pelo estado afora.

3.5.1 Os Movimentos Estaduais

Para salvaguardar os princípios gerais do Movimento Negro Brasileiro, foram instituídos foros permanentes para se garantir toda uma qualidade de atuação dos diversos grupos que surgiram pelo Brasil: Encontros de Negros do Sul, Encontros de Negros do Sudeste, Encontros de Negros do Centro-Oeste, Encontros de Negros do Norte-Nordeste, que, durante os anos oitenta, funcionaram como legítimos Fóruns da Comunidade Negra.

Esta comunidade tinha representação em todos os estados da federação brasileira, tendo estados com representação na grande maioria dos seus municípios: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Alagoas.

Projetos como *Olodum*, *Ilê-Ayê*, *Alafin Oyó*, *Memorial Zumbi*, *Premio Zumbi de Redação*, somente para citar os passos mais marcantes, ajudaram a proteger uma Comunidade Negra mais afirmada, confiante (autoestima) e mais conscientizada para enfrentar a década de noventa.

3.5.2 O Movimento Negro de João Pessoa

Os negros e negras de João Pessoa, também antenados com as notícias vindas da negritude brasileira, viviam imaginando o dia de poder construir, na Paraíba, um grupo de militância negra: primeiro, porque a discriminação no estado era ainda mais velada que no vizinho Pernambuco (“os negros na Paraíba não aparecem nem nas pesquisas oficiais”), depois, porque muitos haviam sido convidados para participar dos foros nacionais e, ainda assim, tinham dificuldade de articular questões da negritude no geral, sobre a temática em questão. E ainda sofriam a pressão dos irmãos negros de Recife sobre algumas cabeças de João Pessoa: “você precisam criar um movimento, aí no estado”, era a reclamação, em todos os encontros que participavam.

O que era difícil para os paraibanos era que a discussão de fomentar a autoestima não houvera “pegado” por aqui: os negros de cá, ainda hoje se pode notar, gostavam mais de

omissão que de busca da liberdade. E para a existência real de um grupo era necessário que “alguém” **emprestasse a cara e a consciência, para se ter luta.**

3.5.3 O Fervor de Recife

No final de 1979, nas comemorações de aniversário de um ano do MNU-PE, negros de João Pessoa (Vandinho de Carvalho, Tutu de Carvalho) foram para Recife e de lá voltaram com uma determinação: fundar um movimento negro na cidade.

Era o tempo certo das coisas, pois já se tinha fugido demais das responsabilidades que eram nossa: o pessoal de João Pessoa já havia participado de tudo quanto era reunião, “como observador”, já tinha “tarimba” suficiente e, também o pessoal de Recife já estava cansado da nossa “observação”... Não havia mais do que fugir: era assumir, e assumimos!

Nesse primeiro momento foram convidados apenas aqueles que já tinham contato com a nova realidade, ou os que se reconheciam parte desta: as primeiras reuniões eram sempre “terminológicas demais”, com todos procurando a “expressão correta” para se entender e fazer entender aos demais. Outro agravante é que o termo “negro”, pela primeira vez, passava a existir no cotidiano daqueles(a) NEGROS e NEGRAS que não tinham essa certeza toda de ser – ou – não – ser. Tinham que estudar muito as coisas da negritude em cada encontro nosso. Tinham discussões quilométricas: filosófica, estatística, religiosa... até banais. A gente queria acertar, então tinha que entender onde estávamos.

3.5.4 O Movimento na UFPB

Setembro de 1979 foi quando foram feitas as primeiras tentativas de reuniões para constituição de um grupo de Movimento Negro na Paraíba. Havia as influências do pessoal do MNU-PB; havia as “desconfianças” dos intelectuais da cidade e uma extrema baixa estima entre os negros e negras locais. Ainda não foi dessa vez...

As reuniões se sucederam “com uns gatos pingados”, como as pessoas se referiram ao assunto, e veio 1980: o grupo já estava com negritude na ponta da língua, havia aumentado para mais de dez integrantes (Vandinho, Tutu, João Balula, Regina Santos, Raquel, Socorro Freitas, Nicinha de Carvalho, Paula Franssinete, entre outras pessoas que ficavam de namoro com o objetivo) e encontravam-se todas as sextas-feiras numa sala de antigo DAC-UFPB.

Eram realizadas sessões de estudo-dirigido sobre história do Brasil, escravidão, abolicionismo, movimentos de resistência e desenvolviam pequenos programas (vídeos, palestras, debates) voltados ao público da UFPB. Até porque, todos os canais de divulgação que se imaginava atingir se faziam presentes àquele universo universitário. Também paqueravam com os estudantes africanos que cursavam as diversas áreas, tentando fazer ligações entre nós e a África.

Repassava-se aos colegas negros e negras toda uma documentação interessante, recebido dos movimentos do país (través de Vandinho), na esperança de que o grupo inchasse aos poucos; espalhavam Cartas-Abertas pelos espaços da universidade, dos bares culturais, dos teatros e cine-arte, além da natural distribuição pelas ruas de pique da cidade. Criavam evidentemente espaços de polêmicas: “pra que *Movimento Negro*, se não existe um *Movimento Branco*?”, “você estão querendo refazer racismo – às – avessas!”... coisas assim as pessoas nos diziam..

Enfrentar nossos colegas da imprensa, negros ou não, era um sacrifício: muitas vezes tinham que gentilmente transformar historicamente todo o corpo da entrevista, já que o pessoal tinha sempre aquelas “perguntas de ocasião”, coisas mais do preconceito que do trabalho de investigação profissional característico dos jornalistas e dos formadores de opinião. Então, o jeito era “dá aulas de história, antes de entrar no ar!” Hoje, ainda mudou muito esta situação, mais está bem melhor.

Em relação aos irmãos que se achegavam, a coisa era sempre traumática: “não assusta o negro ou negra inconsciente”, “levá-los ao reconhecimento prático da sua negritude”, “trabalhar na sua particular aceitação da sua própria condição de negro(a), descendentes de africanos”, “promover-lhe todavia a (sua) autoestima”... era essa pendenga toda, para não desacatar o chegante! Bem, fazer momento de resgate não é nada fácil!...

Por volta de 1985, entabulamos negociações com a Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP), para que nos cedesse asilo de militância na sua rede. Nesse ínterim, já havíamos esgotado as possibilidades de avançar nos objetivos, devido a localização da UFPB, que todos reclamavam de estar fora do perímetro central da cidade e de o *MOVIMENTO NEGRO DE João Pessoa* – MNJP estar se configurando “um grupo de elite” (às vezes muita gente não tinha nem vale-transporte para ir às reuniões).

Ganhamos a calçada daquela associação para nos reunirmos: até hoje ainda não apareceu quem explicasse “o porquê” – tudo lá era vasto, com tanto espaço sem utilização... A

diretoria foi categórica: só podia nos ceder “a calçada”... aceitamos, e passamos bons cinco anos, com reunião todo sábado, no finalzinho das tardes.

Durante esse tempo, o *Movimento Negro de João Pessoa* foi tomando mais corpo pela cidade: vieram novos militantes (o grupo se aplicou para vinte e cinco negros e negras militantes) e diversas parcerias foram celebradas com as instituições afins do Estado, o que nos permitiu ganhar visibilidade em diversas cidades do interior, através de debate, palestras, seminários, cursos de formação e projetos desenvolvidos.

Nosso *know-how* ia aumentando e nossas responsabilidades se ampliavam, havendo que trabalhar o poder-interno para atender as diversas frentes que se abriram: a universidade nos pesquisava, as escolas públicas chamavam para palestras-debates, a comunidade nos carecia atendimento básico no auxílio de questões relativas ao preconceito, discriminação e racismo, o governo (estadual/municipal), dependendo da moda-em-voga, queria ser nosso parceiro em projetos afins, a imprensa nos provocava... Foram cinco anos sem muito descanso para aqueles militantes (Gilson Babilack, Socorro Joaquim, Abraão, Breno Campogrande, Carlos Henrique, Jadalice do Socorro, Pedro Jacarau, Jonas Dray, Nalva Teles, Maria Luiza, entre outros abnegados e febris militantes da causa do *POVO NEGRO*).

Ao que parece, no final de 1989, havíamos chegado ao nosso ápice: talvez pelo volume de coisas que estávamos a fazer, talvez pela simples “falta de saco” que assolava as Entidades do país...; o fato é que começamos a entrar numa crise-sem-volta, e quando veio março de 1990, o grupo, o *Movimento Negro de João Pessoa* já era uma entidade com seus membros todos cansados de tanto tentar. Houve a nossa primeira e única parada-brusca!!!

Os membros-integrantes foram se afastando; a nossa representação foi diminuindo; o “fim do nosso tempo” chegou naquele ano. Deixamos de existir. Não adiantava remar contra a maré.

Sobrava a nossa folha de serviços prestados à cidade, ao estado e às pessoas em geral, para corroborar a nossa curta e providencial passagem pelo planeta Terra.

3.6 CONJUNTURA ATUAL

Passado o estágio de desânimo de alguns integrantes do *Movimento Negro Paraibano*, o que é natural em qualquer processo de autoafirmação e luta, ressurgiu no cenário “caras novas”, grupos com pré-disposição de lutar, àquele desejo de ir às ruas, “batalhar”, “enfrentar”...

Frente ao impacto que os Movimentos Sociais vêm sofrendo decorrente do processo de globalização que passou a intervir diretamente sobre as vidas das Nações, desestruturando os Movimentos Sociais, consequentemente a classe trabalhadora, em especial, *O Movimento Negro*, cujos integrantes são diretamente os mais atingidos na Nova Ordem Mundial (desemprego, fome, miséria...), e como resistir?

O imobilismo aparente, mas não adormecido, aos poucos, um grito, uma voz, uma reação individual, grupal.

O ressurgimento de grupos nos dá a certeza de que a luta continua, apesar das dificuldades, a exemplo dos grupos em João Pessoa: MALUNGU – Organização Negra da Paraíba; MOVANE – Movimento de Ação Negra; EDUCADORES NEGROS DO VALENTINA; MOVIMENTO HIP-HOP-RAP/JP (Estes eram compostos pelo subgrupos “Justa Causa” (Alessandro e Júnior), “Código Vermelho” (Cassiano Pedra e Metralha), “Auto Controle” (Adailton e Pablo Guerreiro) e “Reação da Periferia” (Marcos Paulo e Pablo Pantera); CENTRO BADAUÊ DE PALMARES (CAPOEIRA); CAPOEIRA SENZALA DE PALMARES; ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA AFRO-NAGÔ; AGENTES PASTORAIS NEGROS – APNS-PB; GRUPO AFRO-ONIRÊ e GRUPO ZUMBI DE CULTURA POPULAR. Grupos estes, fundamentados em uma dimensão de cidadania na perspectiva da inserção e ampliação nos espaços sociais, políticos, culturais, educativos e produtivos do Estado, levando discussões sobre o racismo, o preconceito, o mercado de trabalho nos diversos fóruns.

Buscamos estabelecer parcerias com instituições que estabeleçam uma relação de respeito, direito e trânsito, a exemplo de trabalho de parceria iniciados com o Centro da Mulher 8 de Março, Ministério Público, através da Curadoria do Direito do Cidadão.

Novos e novas personagens foram inseridos no Movimento Negro Paraibano, os quais têm contribuído significativamente dentro do espaço que atuam. Nesse sentido, podemos citar a continuidade de João Balula, Vandinho, Carlos Henriques. Sangue novo: Bené, Prof.

Santiago, Socorro Pimentel, Profª Penha, Alessandro, Cassiano Pedra, Alessandro Lima, Junior, Metralha, Pablo Guerreiro, Marcos Paulo, Pablo Pantera, e tantos outros militantes (adolescentes e adultos).

A caminhada é espinhosa, cheia de altos e baixos, porém buscamos contribuir na perspectiva de uma sociedade que respeite e dê oportunidade igual às diferenças étnicas e de gênero. Na busca de parcerias dignas com os antigos militantes do Movimento Negro, desenvolver políticas que sejam operacionáveis, objetivando uma sociedade menos nociva àqueles e àquelas que fazem com dignidade, luta e garra este país, cujos direitos lhes são negados enquanto pessoa, enquanto profissional.

3.7 O EU PESSOAL E COLETIVO

A minha trajetória no Movimento Negro data dos anos 90, quando comecei a ter uma participação tímida, mas a título de curiosidade, as lideranças da época não passavam uma unidade de ação que o movimento sindical assegurava-me. Comecei, então, a defender a bandeira da negritude dentro do movimento sindical. Fui paulatinamente buscando elementos, bibliografias, pessoas envolvidas com a questão racial negra para me subsidiar.

Durante o processo de autoconhecimento das minhas raízes culturais, fui formando dentro de mim uma nova imagem do Eu (pessoal/coletivo). Processo doloroso, conflituoso uma luta constante entre o “ser e não ser”. Na busca de autoidentificação reuni um conjunto de valores culturais, até ausentes do meu contexto.

Gradativamente, os estereótipos étnicos foram sendo exterminados do meu cotidiano, dando margem a uma autoestima super valorizada em todos os aspectos, ao ponto de algum achar-me “narcisista”. Os estágios de autoconhecimento serviram de base para a elaboração da minha tese e o ingresso no movimento social negro. O grupo MALUNGU – Organização Negra Paraibana, que tem como objetivo a defesa da cultura negra, abriu espaço para uma visão clara e objetiva do meu querer.

Associada a outras entidades negras existentes na Paraíba, a exemplo do MOVANE, APNS, Grupo Luar dos Palmares, Grupo de Capoeira Zumbi dos Palmares, entre tantos outros espalhados pelo estado, deram margem ao desencadeamento de ações concretas em prol da nossa bandeira de luta: cidadania e democracia para diversos grupos sociais nesta sociedade multiétnica. Com visão esclarecedora dos fatos históricos ocorridos com meus ancestrais e

continuísmo das injustiças, violências e exclusões nos dias atuais, não podia me furtar do espaço, de galgar para o meu povo as condições dignas de sobreexistência.

3.8 A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

INTEGRIDADE

Ser negra
Na integridade
Calma e morna dos dias

Ser negra
De carapinhas,
De dorso brilhante,
De pés soltos nos caminhos.

Ser negra
De mãos,
De negras mamas,
De negra alma.

Ser negra,
Nos traços,
Nos passos,
Na sensibilidade negra.

Ser negra,
Do verso e reverso,
De choro e riso
De verdades e mentiras
Como todos os seres que habitam a terra.

Negra
Pura afro sangue negro,
Saindo aos jorros,
Por todos os poros (Geni Mariano Guimarães).

No imaginário da sociedade brasileira, ser homem ou mulher significa poder ou não participar de situações sociais que contribuem para valorização do seu papel social. Nesse contexto, a mulher negra constitui-se por diferenças de gênero e etnia que lhe impõe uma participação nos recursos obtidos através da relação de trabalho, os serviços de educação, saúde, habitação e, conseqüentemente, menor prestígio social.

A mulher brasileira representa 50,1% do total populacional do país, estando mais concentrada na região Sudeste (43,6%) e Nordeste (28,6%), representando 74% da população urbana brasileira. A caracterização da distribuição espacial da mulher, quando recortada por

critério racial, apresenta um perfil diferente para a mulher negra. Ele representa 46% do contingente feminino e está mais concentrado nas regiões Norte (76%) e Nordeste (66%) e em menor proporção nas regiões Sul (15%) e Sudeste (32%).

Se considerarmos as diferenças regionais, podemos afirmar que a mulher negra participa em menor escala das situações e acesso aos recursos nacionais gerados pelo desenvolvimento. Se considerarmos a qualidade de vida urbana, a relação de poder ou não participar desses recursos que mantém, na medida em que a mulher negra habita as regiões periféricas dos centros urbanos, que são os setores menos equipados com recursos de saneamento básico, poucas unidades de saúde e educação, transporte deficitário. O quadro apresentado mostra desigualdade social entre branca e negra.

A mão de obra feminina brasileira corresponde a 35% da nacional, em função da desvalorização do seu potencial de trabalho; é remunerada desigualmente de acordo com a região em que habita, sua etnia, grau de escolaridade, função que exerce, estado civil etc. No caso da mulher negra, a situação é mais agravante porque enfrenta uma discriminação racial que a prejudica desde o momento que procura emprego.

Os anúncios de jornal e as triagens feitas nos locais de trabalho são taxativas, no que se refere a “boa aparência”, nível de instrução, experiência, idade. Quando se diz “boa aparência” implicitamente, refere-se a padrões de beleza e estética aceitos socialmente, que são os padrões da população branca.

As manifestações de racismo no nordeste sempre são declaradas ou facilmente percebidas, porém os dados apresentados nos revelam a real situação: a mulher negra está dentre os 70 milhões de brasileiros que estão marginalizados do processo econômico. Elas apresentam também baixo nível de escolaridade. Na escala de escolarização as mulheres negras estão abaixo das brancas e amarelas.

As negras estão mais concentradas nos setores terciários, agropecuários, industrial, serviços domésticos; poucas são as que têm acesso a cargos ou funções socialmente aceitas. As mulheres negras trazem no seu cotidiano lembranças de diversas experiências que servem de alicerce para lutar pelos espaços culturais.

“Opressão”, “preconceito”, “violência”, “desrespeito”, “solidão”, “medo”, “diferenciação”, “agressões”, são rotinas na caminhada negra. Os exemplos a seguir ressaltam melhor o viver da mulher negra. Ser tratada em diversos espaços como um “bicho estranho”, por transgredir a lei e permanecer como minoria diante dos brancos nas escolas, nos sindicatos, no trabalho, no clube, na igreja, nos partidos etc., tentam dizer sutilmente – “este

não é o seu lugar”; a “rejeição” nas diversas fases da vida, pelo fato de nem sempre ser a “escolhida” para brincar, dançar, namorar, casar. E nem sempre poder “escolher”; ser adulta significa, em geral, se tornar “super mulher”, uma “fortaleza”, uma “leoa”; no trabalho, para sobreviver tem que se mostrar mais capaz, mais competente do que é a exigência geral; na família, assumir praticamente sozinha a responsabilidade com a educação e cuidado dos filhos e da casa; nos relacionamentos afetivos e sexuais geralmente é explorada. Segurando as “barras” financeiras e emocionais próprias e do companheiro.

Entretanto, outros mecanismos influenciadores que levam a mulher negra a ser tentada a negar sua herança étnico-cultural do “ser negra” e assemelha-se à imagem da mulher branca. “Alisando os cabelos, sentindo-se feia ou não achando tão negra assim”.

Os traumas e as marcas são tamanhas que mergulham num mundo de angústia, solidão e frustrações. Mecanismos estes causadores de inferioridade, levam muitas vezes a situações psicológicas irreversíveis. Os danos causados pela indiferença, pelo racismo, tolhem, nestas mulheres, a vontade de viver. As impunidades e o silêncio às situações discriminatórias vão, no dia a dia construindo a ideia que ser negra não é bom. E como trabalhar a autoestima das mulheres que são massacradas no seu existir?

A psicologia enquanto ciência, que trabalha as emoções, os sentimentos, tem dado grandes contribuições, na perspectiva de uma real consciência da vida, do existir. Uma vez que “a realidade que fazemos deriva nossas percepções que, em parte, é a criação de nossas próprias necessidades e expectativas”. Por conseguinte, é preciso buscar maneiras para sair do “caos” instalado. É nesta luta do “ser ou não ser” que se faz necessário a solidariedade, o refletir coletivamente, construindo referências que quebrem imposições e reforcem a dignidade da mulher negra.

Abrindo caminhos, denunciado, ocupando espaços, deve ser o lema de cada mulher vítima desse mal secular: RACISMO/PRECONCEITO. É tarefa cotidiana lutar pela igualdade, pela cidadania, por melhores condições de trabalho e pela inserção no mercado de trabalho, por uma saúde e educação pública de qualidade, por habitação digna. Não ao modelo explorador da sua sexualidade. Olhar-se no espelho, achar-se bela e capaz. Reconhecer suas características, próprias naturais de sua etnia, deve ser a meta diária.

Amendo-se, conservando o que de mais belo – a própria vida, o fato de existir, do ser que é com potencialidades, com possibilidade de mudar, de contribuir, de ousar e se rebelar frente a opressões, despertará *uma nova mulher*.

3.9 GARANTINDO OS DIREITOS HUMANOS E LEGAIS DA MULHER

Caso você seja ou conheça mulheres e meninas que sofreram ou sofrem qualquer tipo de violência ou discriminação, existem Órgãos Públicos de Defesa e Proteção às Mulheres (e meninas) vitimadas. Entidades e grupos de mulheres de apoio as mulheres (e meninas) vitimadas.

DENUNCIE! Através dos órgãos e grupos abaixo relacionados:

- Delegacias da Mulher

1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAÍBA

Praça Firmino Silveira, 69 – Varadouro – João Pessoa-PB
CEP: 58.020-000 – Fone: (083) 3241-6464
Delegada Titular: Dr^a Ednacé Silvestre
Delegadas Adjuntas: Dr^a Nadja Fialho
Dr^a Tereza Nogueira

2ª SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

Rua: Pedro I, 760 – Bairro São José – Campina Grande-PB
CEP: 58.100-000 – Fone: (083) 3341-3802
Delegada Titular: Dr^a Maria Soledade de Sousa

GUARABIRA-PB

Rua: Prefeito Manoel Simões, 05 – Centro
CEP: 58.200-000 – Fone (083) 3271-2575
Delegada Titular: Dr^a Susana Lima dos Santos

SOUSA-PB

Rua: Dr. José Mariz, 30 – Centro
CEP: 58.800-000 – Fone (083) 3521-1390
Delegada Titular: Dr^a Francinete Bezerra Rosa

CAJAZEIRAS-PB

Av. Presidente João Pessoa, 39 – Centro
CEP: 58.900-000 – Fone: (083) 3531-2680
Delegada Titular: Dr^a Terezinha de Jesus Furtado

Outros órgãos em defesa da mulher podem ser encontrados:

- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão

Rua: Professora Alice Azevedo, 461 – 2º andar – salas 272/276 - Centro – João Pessoa-PB
CEP: 58.013-480 – Telefax (083) 3221-3593

- Curadoria de Defesa dos Direitos do Cidadão

Rua: 13 de Maio, 677 - Centro – João Pessoa-PB
CEP: 58.013-000 – Fone: (083) 3241-1224

- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Av. Goiás, 360 – Bairro dos Estados – João Pessoa-PB
CEP: 58.000-000 – Tel.: (083) 3244-8138

- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Rua: Jiló Guedes, 39 – Avenida Canal – Centro – Campina Grande-PB
CEP: 58.100-000

- Fundação de Defesa dos Direitos Humanos

- “Margarida Maria Alves”

Praça Dom Adauto, S/N Palácio do Bispo – João Pessoa-PB
CEP: 58.010-670 – Tel.: (083) 3221-3014

- Centro da Mulher 08 de Março

Rua: João Amorim, 356 – Centro – João Pessoa-PB
CEP: 58.013-310 – Telefax: (083) 3241-6828

A rede Feminista Latino-Americana e do Caribe contra a Violência Doméstica e Sexual tem as seguintes representações e endereços para contato:

- Alzira Rufino (coordenadora Sul/Sudeste)
Secretária Executiva da Rede

- Casa da Cultura da Mulher Negra

Rua: Professor Primo Ferreira, 22 – Santos-SP
CEP: 11.045-150 – Telefax.: (013) 234-9976
e-mail: cemnegra@use.stcecilia.br

- Valquiria Alencar de Souza (Norte/Nordeste)

Centro da Mulher 08 de Março
Rua: João Amorim, 356 – Centro – João Pessoa-PB
CEP: 58.013-310 – Telefax.: (083) 3241-6828
e-mail: cm8mar@netwaybbs.com.br

- AMÉRICA LATINA

Isabel Duque (Coordenadora Executiva da Rede)
 Isis Internacional
 Casilla 2067 – Santiago – Chile
 Telefax: (0056-2) 638-3142
 e-mail: Isis@reuna.cl

O sonho é uma aspiração de desejos. Nesta perspectiva, acredito no sonho, na possibilidade de que, na unidade de ações em prol da dignidade do povo negro brasileiro, possamos ser vitoriosos.

No meu sonho, no sonho de muitos que lutaram em prol de um Ideal, busquei nos ideais do grande líder negro M. Luther King, a esperança do ideário, do desejo, da possibilidade...

Tenho um sonho que um dia essa nação se erguerá
 e colocará em prática estas verdades autoevidentes de que
 todos os homens sejam iguais.

Tenho um sonho que um dia nos morros e nas colinas
 avermelhadas da Geórgia, os filhos dos ex-escravos e
 os filhos dos donos de escravos
 serão capazes de sentarem juntos à mesa da fraternidade (...).

Tenho um sonho que meus quatro filhos pequenos um dia
 viverão numa nação onde serão julgados não pela cor da pele,
 mas pelo conteúdo do seu caráter (Discurso proferido por M. Luther King,
 em 28/08/63)

Considerando o exposto acima, podemos vislumbrar o sonho coletivo:

Eu tenho um SONHO...

Você tem um SONHO...

Nós temos um SONHO... (Socorro Pimentel, 1998).

Capítulo IV

METODOLOGIA DA PESQUISA

O universo da pesquisa limitou-se à Capital João Pessoa, abrangendo trabalhadores negros do campo da educação oriundos de escolas de 2º grau da rede pública e privada, dentre as quais foram selecionadas as seguintes: Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Médici, Escola Profissionalizante Deputado Antônio Cabral e a Escola Marista “Pio X”, cuja localização geográfica das escolas pesquisadas se concentram em bairros entendidos como núcleos urbanos, regiões periféricas e áreas de centro da cidade.

Os atores pesquisados são constituídos dos trabalhadores negros de ambos os sexos que compõem a instituição escola: Administradores escolares, Professores, Técnicos de Nível Médio, Especialistas em Educação e Pessoal de Apoio (vigia, merendeira, jardineiro, servente). Os “informantes-chaves” foram os funcionários de secretaria, do departamento de pessoal das escolas (parte burocrática) necessária para a análise geral da pesquisa.

Para a realização da pesquisa adotou-se o modelo *observação participante* como técnica orientadora para a investigação do cotidiano escolar e levantamento de dados. Foi utilizada ainda entrevistas e “informantes-chaves”. A fim de compor um quadro das autoidentificações, foi aplicado um questionário aos trabalhadores (as) negros.

O objetivo desta pesquisa foi o de estudar como o fenômeno da discriminação racial se processa no interior das unidades de ensino e, posteriormente, verificar como estes processos discriminatórios interferem na autoidentificação.

O caminho para obtenção dos dados foi dentro de uma abordagem qualitativa do tipo etnográfica. Nessa direção, Lüdke reconhece que as técnicas etnográficas eram mais utilizadas pelos antropólogos e sociólogos, mas na década de 1970, “os pesquisadores da área de educação começaram também a fazer uso dessas técnicas, o que deu origem a uma nova linha de pesquisas, que tem recebido o nome de ‘antropológica’ ou ‘etnográfica’” (LÜDKE, 1986, p.13)

O campo observacional incluiu seis espaços das escolas: 1) o ambiente escolar como um todo, onde foram registrados todos os fatos ocorridos e observados, mesmo que aparentemente não tivessem, em princípio, diretamente ligados aos aspectos centrais da pesquisa; o pátio da escola: verificar as relações inter-étnicas dos alunos (recreio e áreas

livres); 2) as salas de aula, para verificar as ações didático-pedagógicas do professor; 3) sala dos professores para verificar as relações sociais; 4) a sala da direção, para observar a postura, a liderança e os encaminhamentos adotados; 5) a secretaria e seu processo organizativo, a memória histórica, a biblioteca e a sala de leitura: a busca dos alunos e professores no processo interativo.

Nesse procedimento, o que observamos e registramos foram as falas espontâneas ouvidas nos corredores e ambientes técnico-administrativos; as falas nas salas dos professores, na biblioteca, na sala de leitura; as atividades ensino e aprendizagem ocorridas e as opiniões, reações, comportamentos verbais e não-verbais dos profissionais e alunos.

O processo de observação de campo foi dividido em três momentos: observação *exploratória*: nesse primeiro momento fizemos o contato inicial com a escola e a equipe administrativa para o aceite da pesquisa; *observação sistemática*: nessa fase, passamos a fazer observações ambientais, manuseio de documentos (diagnose da escola, ficha de funcionários), início do registro do quadro funcional, história da escola e as observações gerais, incluindo a realização das entrevistas formais com os profissionais selecionados para a pesquisa e as entrevistas informais com profissionais da secretaria e departamento de pessoal e equipe técnica.

O conteúdo das observações empíricas foi registrado nos Diários de Campo. A entrevista foi gravada com todos os trabalhadores selecionados, seguindo um roteiro de questões que contemplavam a autoidentificação étnica dos profissionais e também dos familiares. As perguntas davam relevância à cor da pele, por ser um traço a ser considerado como de maior visibilidade para as pessoas. Questões relativas à escolaridade, experiências em direção de escolas, sindicatos, partidos políticos, associações comunitárias etc. Esses dados seriam os subsídios à minha hipótese básica: o grau de conscientização étnica dos profissionais.

O que justificou a escolha do método foi perceber que a atuação de pesquisadores sociais estava voltada para o aspecto micro-social, para a questão da individualidade e da singularidade, do setorial e do comunitário, pois é nesse contexto que as relações se apresentam mais intensas, mais diretas e mais vivas.

A observação a partir da abordagem qualitativa, segundo Lüdke (1986), é aqui utilizada como o principal método de investigação que associada a outras técnicas de coleta e observação, possibilitando um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado e sua aproximação da “perspectiva dos sujeitos”. É possível salientar que a

pesquisa qualitativa tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos, sociólogos e educadores, além da grande utilidade no enfoque do comportamento humano.

A perspectiva teórica que orientou o trabalho tem a ver com a percepção de que, na medida em que a pesquisa realizar-se-ia no interior da Unidade de Ensino, busquei aprofundar algumas teorias produzidas no Brasil, sobretudo, as de autorias de militantes e intelectuais negros. Aprofundá-las significou para mim, “uma autocrítica de excelência”, visto ter-me colocado em questão, junto com meu objeto de pesquisa. Devo esclarecer que alguns pressupostos teóricos pelos quais me orientei, ao longo da pesquisa, tive de reavaliá-los. Busquei uma identificação maior com os pesquisadores e pesquisadoras negros(as) por encontrarmos um material que fossem significativo para os objetivos desta pesquisa.

O cenário da pesquisa é retratado através do Hino Oficial do Estado da Paraíba, como pode ser visto a seguir

Salve, berço do heroísmo
 Paraíba, terra amada,
 Via-láctea do civismo
 Sob o céu do amor traçada!
 No famoso diadema
 Que da Pátria a fonte aclara.
 Pode haver mais ampla gema:
 Não há pérola mais rara!
 Quando repelindo o assalto
 Do estrangeiro, combatias,
 Teu valor brilhou tão alto
 Que uma estrela parecias!
 Tens um passado de glória,
 Tens um presente sem jaça:
 Do Porvir canta a vitória
 E, ao teu gesto a luz se faça!
 Salve, ó berço do heroísmo,
 Paraíba, terra amada,
 Via-láctea do civismo
 Sob o Céu do Amor traçada! (Poesia: Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo e
 Letra: Abdon Felinto Milanez)

4.1 JOÃO PESSOA, A TERNURA SECULAR

A cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, é o cenário onde a pesquisa foi realizada. Localizada no litoral paraibano e considerada a segunda cidade mais “verde” do mundo, essa cidade encanta a todos que a vê, contagia a todos com magia e sedução, tendo o olhar no futuro.

Fundada por colonos portugueses vindos de Pernambuco, em 05 de agosto de 1585, junto à foz do Rio Paraíba. A cidade recebeu vários nomes ligados a múltiplas razões, conforme apresenta o quadro a seguir.

DENOMINAÇÃO	DATA	RAZÕES
1) Nossa Senhora das Neves	05 Ago. 1585	Homenagem ao Santo do dia em que foi fundada.
2) Felipeia de Nossa Senhora das Neves	29 Out. 1585	Em atenção ao Rei da Espanha D. Felipe II quando Portugal estava sob o domínio espanhol.
3) Frederikstadt (Frederica)	26 Dez. 1634	Pela ocasião de sua conquista pelos holandeses, em homenagem a Sua Alteza, o Príncipe Orange, Frederico Henrique.
4) Parahyba	01 Fev. 1654	Retorno ao domínio português, recebendo a mesma denominação que teve a Capitania, depois a Província e por último o Estado.
5) João Pessoa	04 Set. 1930	Homenagem prestada ao Presidente do Estado, assassinado em Recife por ter negado apoio ao Dr. Júlio Prestes, candidato oficial à Presidência da República, nas eleições de 1930.

Aqui se contempla Tambaú, Cabo Branco com a “Ponta do Seixas”, o extremo Leste da América do Sul, o farol ali presente, parece nos dizer: “Aqui o sol nasce primeiro”, venha desfrutar da mais bela panorâmica que a natureza oferece. Venha ver o ponto mais oriental das Américas. Outras belezas e pontos são encontrados na cidade. Caminhando pelo centro da cidade deparamos com uma cidade antiga (Centro Histórico), também arquiteturas modernas.

Nossa beleza natural, aliada aos quatrocentos e treze anos de história, nos oferece uma grande variedade de pontos turísticos; além das praias (Tambaú, Sol, Bessa, Cabo Branco, Poço, Penha, Camboinha, Seixas etc.), monumentos Históricos, sobressaem a Igreja de São Francisco, Convento de Santo Antônio, Igreja e Mosteiro de São Bento etc.

- Parques: Arruda Câmara (Bica), Solon de Lucena (Lagoa);
- A Casa da Pólvora: lembranças da nossa história;
- Espaço Cultural: com sua moderna arquitetura, abriga formas de arte, além de possuir nas suas dependências o plenário, a biblioteca, o Arquivo Público etc.;
- Mercado de Artesanato Paraibano em Tambaú: encontramos artes plásticas, cerâmicas, tapeçaria, redes e mantas, labirintos, bordados e rendas;

- A cozinha: serviço com a melhor da culinária regional, tanto no *self-service* quanto a *la carte*;
- Intermares Walter Park: com emoções aquáticas em 40.000 m² de alegria.

O município hoje se encontra em franca expansão imobiliária. Com relação aos grupos sociais de mobilização coletiva, destacam-se os grupos religiosos de diferentes denominações: Católica Apostólica, Católica Carismática, Terreiros de Xangô, Adventista do 7º Dia, Universal do Reino de Deus, Assembléia de Deus, Igreja Batista e Presbiteriana, Grupos Espirituais.

Há alguns sindicatos em evidência: SINTEP: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba; SINTEM: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município. SINTEENP: Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino Privado; ADUFPB: Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa; Sindicato do Comércio, da Construção Civil, Bancários, Engenheiros, Jornalistas, Motoristas, Empregadas Domésticas, Odontólogos, entre outros. Além de Associações de Moradores, Associações Culturais.

Politicamente, a cidade de João Pessoa tem vivenciado fortes tendências partidárias (PMDB, PSDB, PT, PDT, PPS) com representantes na Assembleia Legislativa e Câmara Municipal. Sua economia está mais voltada para o turismo, indústria e comércio.

A cidade contrasta entre a cidade velha e a cidade nova. Porém, sem ofuscar a beleza e apontar para o desenvolvimento. Sendo o último censo (1996), a população da Capital é de 549.363. A população de todo o Estado é de 3.305.616 (1996), com uma densidade de 58 hab/km². O índice de analfabetismo é de 32% (1996); o crescimento demográfico é de 1% ao ano (1991-1996) e a mortalidade infantil (por 1.000 nascido vivos): 66 (1994).

Localizada na Região Nordeste, a Paraíba tem como limites os Estados do Rio Grande do Norte, ao Norte; Pernambuco, ao sul; a Oeste, Ceará; e Oceano Atlântico, a Leste.

Nosso povo descende do branco (colonizadores portugueses), do negro (procedente da África) e do índio (habitante nativo). A população é essencialmente *mestiça*, resultante do cruzamento dos três grupos étnicos: Mulato: denominante da faixa litorânea; Caboclo: vivendo principalmente no interior do estado; Cafuzo: pouco encontrado. Porém, segundo levantamento feito pela MALUNGU, existe na Paraíba terras de remanescente de quilombos, a exemplo de Livramento, Pedra D'água, Talhado, Caina dos Criolos, Paratibe, Gurugi. São

algumas das comunidades de remanescentes de quilombos na Paraíba, que residem desde a época da escravidão e sofrem a ameaça de perder suas terras pela ação de grileiros e outros impedimentos.

Verificamos no Estado três regiões: Litoral, Agreste, Brejo e Sertão, cuja economia está voltada para agricultura, pecuária, mineração e indústria. Em relação aos usos e costumes do povo paraibano, podemos encontrar, em todos os municípios do Estado, as seguintes manifestações: Festas de Padroeiros ou Padroeiras; Festas Juninas; Festas Natalinas; Festas Carnavalescas; Festas de casamentos, batizados, noivados, aniversários; Malhação de Judas; Promessas e Romarias; Rezadores e Medicina de Raízes; ex-votos; Contadores de estórias e Conto popular; Violeiros e Folhetos de Feira; Brinquedos, Jogos e Brincadeiras (pião, bola de gude, academia, pular de corda, brincar de casinha, bonequinha e carrinho); Artesanato (boneca de pano, redes, barro, gesso, madeira etc.); Alimentação popular (paçoca, doces caseiros, queijos, munguzá, rapadura, cuscuz, cocada, buchada, mingau, pamonha, bolo, feijão com arroz, pirulito, puxa-puxa, rabada, sarapatel, sururu, xérem, alfinim, angu, coalhada); Magias; Crendices; Usos de rede de dormir; Passear na praça; Fofocas; Feiras Livres; Brincadeira de João Redondo (Babau), os mamulengueiros.

As principais danças e folguedos do ciclo natalino encontrados são: Boi-de-Reis; o Cavalo Marinho (variante do Bumba-Meu-Boi); a Lapinha (Auto-pastoril); a Nau Catarineta (dança dramática de inspiração marítima).

Além de enfrentar o flagelo da seca, a Paraíba convive com o grande número de migração do campo para a cidade e do Estado para outras regiões do país. Há alta concentração de renda e terra.

4.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

As categorias de análise trabalhadas nessa dissertação foram: **Etnia, Etnia Negra, Racismo, Identidade, Trabalhador, Relações Interétnicas, Cultura, Educação, Trabalhador Negro**. Assim, conceituamos **etnia** como uma categoria antropológica, definindo uma dimensão de grupo, tendo um caráter político, abordando limites de caráter linguístico, cultural e religioso. O grupo étnico é designativo de um conjunto populacional, podendo ter origem biológica, cultural ou mítica. As populações negras ou afro-descendentes

podem ser definidas como etnia pelas ligações biológicas, culturais, mitológicas ou políticas que as unem.

A “etnia negra” pode ser considerada como uma marca onde os membros reconhecem seus próprios, dentro de uma ordem simbólica própria (as nações de Candomblé podem ser consideradas uma etnia negra). O “Racismo” é um componente das estruturas de dominação de classe na sociedade brasileira. Racismo tem uma base assentada em interpretações culturais que são estruturas das práticas sociais excludentes. Racismos impõem presenças identitárias dísparas e negadoras das pluralidades sociais e culturais excludentes. O racismo é um fato universal. Enquanto ideologia está relacionado à História da Civilização Ocidental e remonta ao século XVIII.

A identidade tem sido pensada por meio de vários conceitos. Numa primeira conceituação, a identidade consiste em assumir-se plenamente a condição de ser negro ou negra com dignidade e orgulho. A identidade tem duas dimensões: uma própria e uma coletivamente própria. A outra dimensão é a visão do outro, tanto individual como coletiva. Numa outra, a identidade tem a ver com expressão de qualidade, do idêntico, no mesmo sentido de igual a si próprio. A identidade encontra definições na psicologia, na etnografia e na antropologia. Estas definições, embora semelhantes na sua aparência, são bastante diversas no seu conteúdo e finalidades científicas, não existindo consenso entre as áreas sobre a questão da identidade. A identidade contempla um caráter individual e outro coletivo. A identidade negra é cercada de aspectos polêmicos devido ao seu caráter político e ideológico.

O “trabalhador” é visto na sociedade de produção capitalista, onde o trabalho é definido por oposição ao capital; portanto, trabalhador é todo aquele que vende a sua mão de obra, seja manual ou intelectual, para o sistema produtivo. Já o “trabalhador negro”, o entendimento do significado de uma categoria trabalhador negro, no universo do trabalho, se dá em primeiro lugar pelas razões históricas, e depois, pelas razões do capitalismo racista.

As razões históricas cristalizaram a questão de trabalho como trabalho escravo, que tornou o significado em africano e, posteriormente, negro; portanto, no escravismo brasileiro, trabalho tornou-se sinônimo de negro. É importante notar que neste significado de trabalho negro está impregnado a ausência total de direito.

Com a abolição do escravismo, a instituição do trabalho livre herda as categoriais do trabalho escravizado. Vide como se dão as relações de produção no campo, onde o pagamento de salário é substituído por outras formas de coerção que, embora diferente de escravismo,

mantém ausência de direitos de cidadania e a autoridade do coronel, semelhante ao do senhor de escravo.

Para entendimento da categoria trabalhador-negro, precisamos entender a categoria classe social, não como conjunto bipolar apenas de proprietários do capital e do não-proprietário do capital, mas como um conjunto de relação de diversas classes sociais que vai dos despossuídos de tudo (bens materiais e simbólicos) aos possuidores de todos os bens materiais e simbólicos. Nessa repartição múltipla de classes sociais, vão intervir no processo de exclusão os racismos, o sexismo e o regionalismo. Sendo assim, o trabalhador negro é aquele que sofre as exclusões de etnia, a não pertinência a etnia dominante branca que é na parte do poder simbólico e a de classes, não posse de capital.

Certamente, vai haver uma distinção profunda entre o trabalhador negro e a trabalhadora negra, uma vez que sobre essa se acrescenta a modalidade de exclusão gênero feminino.

A “educação” tem sentido hegemônico. É tradutora da hegemonia da classe e da etnia. Do ponto de vista da classe trabalhadora, atua como aparelho ideológico das classes dominantes e produz perspectivas alienantes para o trabalhador. A educação transmite também a cultura hegemônica dominante no país, a qual tem duplo sentido: cultura da classe dominante branca, transmitida por uma educação funcionando como aparelho ideológico da hegemonia interétnica branca e a educação que tem o sentido excludente das expressões culturais afro-descendente.

A educação, em suma, funciona como caráter uniformizador, massificador de uma perspectiva única da cultura, de etnia e da formação de população. A “Cultura” é um produto histórico coletivo, plural e determinante dos diversos grupos sociais. Na sociedade brasileira, cultura tem recebido um tratamento hegemônico, traduzindo dominações étnicas regionais e de classe social. Esta percepção hegemônica permite às práticas de racismo no país. No caso das culturas afro-descendentes e das culturas originárias africanas, a desinformação nacional produz uma minimização da importância destas. Produz a ideia da cultura nacional ter uma base europeia, apenas com agregado africanos e indígenas.

O problema de observar as relações inter-étnicas é que elas não se dão como uma relação somente pura de etnia, elas aparecem no processo de dominação que combina a ideia de classe social tradicional, ou seja, posse de bens materiais e simbólicos. Ela combina posição de etnias dada por categorias culturais e de fenótipo. Ela aparece, ainda, intermediada por categoria de gênero e de regionalidade, no caso brasileiro.

A justificativa do não uso do termo “raça” neste estudo explica-se pelo fato de raças serem evidentes nos Estados Unidos, sendo tão óbvios que mesmo os sociólogos não se sentem em geral obrigados a defini-las conceitualmente. Assim como todos têm um sexo, uma idade, uma nacionalidade, tem também uma raça. No entanto, há muito os biólogos e antropólogos físicos passaram a evitar o conceito, considerando-o cientificamente irrelevante. Já em outras partes do mundo, inclusive no Brasil, raça é uma noção que algumas pessoas evitam utilizar sistematicamente. Apenas o senso comum e os movimentos sociais em que militam pessoas que só se sentem discriminadas pela cor e compleição física, utilizam regularmente o conceito.

Por outro lado, os defensores da utilização do termo Ciências Sociais enfatizam, em primeiro lugar, a necessidade de se empregar o conceito para demonstrar o caráter específico das práticas e crenças discriminatórias que fundamentam formas agudas de desigualdades raciais e, em segundo lugar, o fato de que, para aqueles que sofrem ou sofreram os efeitos do racismo, não há outra alternativa senão reconstruir criticamente as noções dessa mesma ideologia (CEAA, 1995, p. 46)

Capítulo V

AS IDENTIDADES DOS TRABALHADORES NEGROS DA EDUCAÇÃO PARAIBANA: AS FALAS E AS AÇÕES

A Autorrepresentação

Para olvidarme de todo
quiero ser negro
negro como la noche preñada del día
negro como um diamante carioca
negro para el azul
negro com sangue, sangue (Adalberto Ortiz).

As identidades negras brasileiras são pouco conhecidas, não sistematizadas e por vezes negadas, ou então consideradas como de grupos isolados sobre o enfoque de resistência cultural. A identidade é a tomada de consciência por parte do negro ou da negra e de suas contribuições na cultura e na sociedade brasileira. A busca da identidade não é uma divisão das lutas dos oprimidos. O negro tem problemas que só ele sozinho pode resolver, embora possa por vezes contar com solidariedade de outros.

Assumindo a **cor** como uma categoria política, são desenvolvidas reações no nível individual ou de grupo, que no trabalho denomino de ações étnicas. A **cor** determina qual a classe social dos agentes, das pessoas, onde se encontram. No Brasil, país racista, a **cor** é determinante.

Marcar a **diferença** traduz uma situação social. Basta dar-nos uma olhada com mais profundidade nos “ambientes” públicos e privados. Onde se concentram brancos, negros e índios neste nosso país? Não consigo vislumbrar como escapar ao estereótipo pela via das identificações que flutuam, que estão atreladas no cotidiano sutil das relações sociais. E no cenário social, político, cultural e educacional que ações e reações afloram. Não podemos obscurecer o papel fundamental da “subjetividade”, pois todo trabalhador, sendo produto e produtor da história, é também um narrador, um contador de história. O trabalho é feito de história social e nacional, mas também familiar e da história individual.

Como podemos fazer isto, individual e coletivamente e, assim, virmos a nos constituir como sujeitos políticos?

Podemos fazê-lo criando formas, instâncias, lugares, momentos onde seja possível falar e ser ouvido, ver e ser visto, entrevistar e assim constituir “bens culturais”.

O percurso da identificação, fundamentada numa relação de diferença entre **“o que é e o que não é branco ou negro”**, foi a trajetória da pesquisa.

As falas e as ações dos trabalhadores negros da educação paraibana pesquisada subsidiaram a afirmar que a leitura desses profissionais com a relação à cor da pele, é reconhecida por algumas pessoas como sinal maior de identificação no passado e no presente, enquanto para outros, gera conflito para uma identificação étnica, pois se assemelha ao passado, significa escravidão negra no país, ou seja, podendo representar “ameaça” na escola de mobilidade social almejada.

A construção de identidade é um processo de transformação individual e coletiva que advém da reavaliação da história de vida pelos próprios sujeitos. Na concepção de Hegel (1992), a aquisição da consciência de si, resulta da construção de outra consciência. Assim, tornar-se sujeito significa reinterpretar-se a si mesmo, adquirindo, portanto, uma visão de mundo; logo, o rito de passagem estudado pela perspectiva sociológica, é o ponto de partida do processo dessa metamorfose na concepção da Psicologia Social.

Ao refletirmos sobre a construção de identidade negra (individual e coletiva), este estudo nos permitiu alguns pontos considerados importantes para os educadores comprometidos com a democratização da escola e da situação educacional do negro no Brasil. Estes pontos estão destacados a seguir.

5.1 O PAPEL DO(A) EDUCADOR(A)

Na elaboração desta dissertação foram feitas leituras e análises de um conjunto de teses, revistas especializadas, livros, trabalhos que tratavam da temática e afins. Buscava, paralelamente, encontrar elementos críticos à escola no Brasil. Sabemos que a crítica instala-se num campo de debates e polêmicas que, na realidade, dificulta a construção precisa do que venha ser. Para tanto, exige-se a delimitação adequada do objeto da crítica, a fim de que a análise não caia num vazio absoluto e se transforme na crítica pela crítica.

Para tanto, ao entrevistar particularmente os educadores, lendo e analisando o material escolhido, detive-me particularmente na representação que estes fazem da escola. Constatei o quanto a realidade de cada escola dificultou-me observar, de imediato, a manifestação da

discriminação racial, o porquê as falas e as ações frente à pesquisadora falseavam ou escamoteavam o racismo. Porém, as observações em situações diferenciadas, em horários e dias alternados, a utilização de instrumentos mediadores, deram a possibilidade de apreensão do que buscava.

Os mediadores que permitiram o aprofundamento das questões postas na busca do real existente no interior das unidades de ensinos estão a seguir delineados.

5.2 QUADRO TEÓRICO-CRÍTICO

À medida que a pesquisa era realizada nas escolas públicas e privadas, busquei aprofundar algumas teorias críticas da escola produzidas no Brasil. Busquei no bloco das leituras aspectos que pudessem subsidiar-me na ação direta de intervenção junto aos trabalhadores mediante o fato de observar a capacidade de liderança em alguns. Desse modo, ousei analisar a forma pela qual os educadores aprofundam as transformações conjunturais do país; polemizar a questão da democratização do racismo e preconceito e analisar a inserção desses trabalhadores nos movimentos políticossociais.

Ao analisar este quadro teórico, verificou-se que a escola brasileira está assentada sobre várias matrizes ideológicas. Porém, delimitei aqueles que se referem à concepção dialética da história.

5.2.1 Os Movimentos Sociais

Outra questão que não poderia perder de vista é a realidade histórica, aonde estas críticas vêm sendo elaboradas. Nesse contexto de análise, podemos inserir as lutas sociais travadas pelos grupos marginalizados socialmente no processo de decisão, os quais vêm ocupando espaços significativos no cenário político e, de certa forma, vêm evidenciando **os possíveis rumos** que a sociedade brasileira poderá se encaminhar.

A exemplo do **Movimento dos Sem Terra**, que tem estado em evidência em todo país. Os **Movimentos Negros ou Movimentos Feministas e os Movimentos dos Homossexuais** são demonstrativos de uma nova forma de se fazer Movimento Social no Brasil, contrapondo-se e impondo sua marca de luta e respeito aos ideais propostos.

Nesse universo, homens e mulheres buscam e fazem história e participam de um projeto político. Esses movimentos sociais, cujo objetivo é a busca de uma sociedade justa e igualitária, são exemplos de uma conjuntura que se busca numa sociedade brasileira que propicie condições dignas de vida para a classe excluída socialmente e que cada instante tem dado o demonstrativo de unidade de ação e de luta. O ressurgimento desses movimentos com muito fervor na atualidade aponta diretrizes para uma sociedade menos desumana, mais solidária e participativa.

5.2.2 A Representação dos Profissionais Negros Sobre Escola, Sociedade e Povo Afro-Brasileiro

A escola representada pelos alunos e profissionais é considerada para maioria destes, como um **teatro** dividido entre atores principais e coadjuvantes. Como constatamos em nossa investigação, os profissionais negros, bem como os alunos negros têm pouca oportunidade de assumirem cargos diretivos ou representar papéis de destaque no contexto escolar (no caso dos/as alunos/as). E quando assumidos. Os depoimentos que seguem são demonstrativos do preconceito e racismo existentes nessas escolas e na sociedade como um todo.

O mercado de trabalho não é fácil para o negro não, porque numa sociedade, o negro não pode chegar e fazer aquilo que ele quer, dá explicação alguma, alguma coisa. Eu acho que não é bom (Entrevistada F.Z.S).

O diretor é uma pessoa excelente, competente. Quando as pessoas chegam aqui dizem: Ah! Mas, o diretor é negro (Entrevistada F.Z.S).

As formas de relação racial influenciam no trabalho demais. Às vezes não, às vezes sim. Você vê uma criatura como Pelé, uma criatura honesta, limpa, nunca decepcionou o país; é um bom filho e um bom marido, bom pai, você nunca ouviu dizer de uma mancha. Aí, outros e outras mais, você conta quantas autoridades no Senado tem, na Assembleia Legislativa, em Brasília, aqui mesmo não tem, eles não dão chance, aqui isso é o povo de qualquer maneira (Entrevistada F.Z.S).

É como eu falei agora a pouco: a discriminação vem aí, você chega pra trabalhar e o patrão olha logo pra você, porque você é negro; olha logo pra tua cor, olha você todinho. Olha logo para os cabelos, aí vem a questão: é negro, é um negro, mas não é bonito, não tem cabelos lisos. E isso ainda é um dos maiores problemas para a negritude, do negro no nosso país (Entrevistada C.A.H).

Já sofri discriminação, principalmente para arrumar emprego. Pra emprego foi muito ruim por causa do **porte, da cor**. Todo o pessoal que chegava na empresa ficava com medo, alguns ficavam cismados comigo por que eu sou muito moreno. Eu

tenho 1.80m, 120 quilos, um porte até mais ou menos; para arrumar emprego foi muito ruim, eu tive que fazer muitos cursos, tenho muitos antecedentes (Entrevistado F.J. R).

As estatísticas já nos mostram que ser negro num país esbranquiçado é muito difícil, sobretudo na relação de trabalho. Se nós observarmos onde a mão de obra economicamente ativa está acontecendo, a gente vai distinguir os empregos e os trabalhos menos gratificantes de menos rendimento. Procurando conectar os negros em Porto Alegre-RS, observei, *in loco*, que estavam como garis na prefeitura, motoristas de ônibus, seguranças de lojas de Shopping, motoristas de babá ou de madame ou na recepção dos órgãos públicos ou federais e pouquíssimos nos cargos mais adequados, talvez por que a população dominante seja branca mas, nas funções eu via os negros nas funções menos qualificadas, na própria universidade, eu mesmo fui participar de um congresso da AFAI, na Pontifícia Universidade de Porto Alegre, Universidade Católica e na construção civil a maioria deles era negro, não era branco, bem mais se eu for para Belém, Maranhão, Salvador eu vou fazer outra leitura (Entrevistada J.V.S.).

5.2.3 A Construção da Identidade: Um Desafio

O que esperavam quando tiraram a mordaça que fechava essas bocas negras? Que entoasse hinos de louvor? Que as cabeças de nossos antepassados curvadas até o chão pela força revelassem, ao se erguerem, uma adoração nos seus olhos? (Introdução de Sartre à *Antologia de La nouvelle poésie nègre et malgache*, de Leopold Sedar Senghor)

Atualmente, tentam apagar do mapa brasileiro os territórios das Comunidades Negras Rurais Quilombolas ou das chamadas “Terras de Pretos”. Trata-se de uma população que sofre a opressão de latifundiários, empresas mineradoras, madeireiras, projetos agropecuários e que luta para fazer valer o direito de viver da terra conquistada pelos seus antepassados quilombolas.

Ao longo da história brasileira estas comunidades foram vítimas de uma elite racista que buscou ser entendedora de sua liberdade e tornou-se proprietária das Terras daqueles que nelas efetivamente moram e trabalham: Negros, Índios e excluídos em geral.

A história de resistência das comunidades rurais quilombolas é essencial para que possamos, enquanto como comunidade urbana, lutar pelos nossos espaços sociais.

A existência os direitos destas comunidades espalhadas por todo o país são negados pelo Estado. Conforme já foi anteriormente citado, na Paraíba, há a existência dessas comunidades.

Podemos citar outras comunidades espalhadas pelo país. Que são expressões vivas reais.

5.2.4 Quilombos De Hoje

Kalungas (GO), Frechal e Jamary dos Pretos (MA), Oriximiná (PA), Rãs e Lages dos Negros (BA), Mucambo (SE), Castainho e Conceição das Crioulas (PE), Cafundó e Ivaporanduva (SP), Mimbo (PI), Furnas do Dionísio e Furnas da Boa Sorte (MS), Campinho da Independência (RJ), Guariterê (MT), Antunes (MG), Curiaú (AP), Conceição dos Caetanos (CE) e tantos outros que são a própria representação de negro brasileiro.

Tomando como base o exposto, podemos nos remeter a pesquisa, onde trabalhadores(as) expressaram o sentimento de autoidentificação negra. Observemos:

Olha, hoje me identifico como negra, mesmo sem preconceito. Antigamente eu tinha umas coisas na minha cabeça. Eu sou negra e não sinto vergonha disso (Entrevistada L.M.S.S.).

Eu me considero negra com todo orgulho (Entrevistada F.Z.S.).

Eu não posso mudar nada não, tenho que ser isso. Sou negro (Entrevistado R.A.).

Eu sou negra mesmo. Quer dizer que sou loirinha dos olhos azuis? (Entrevistada A.B.N.).

Uma pessoa negra não é só uma pessoa que tem a pele negra. A pessoa negra é aquela que se identifica como negra, é a pessoa que tem as características de negras que se caracteriza geneticamente (Entrevistado C.H.A.).

Conheço o negro pela gengiva, pelo cabelo “encricriadinho” (Entrevistado M.L.).

Se a pessoa não me lembrar da minha cor eu não me lembro que sou negro (Entrevistado J.V.S.).

Ser negro é ter consciência (Entrevistado R.M.).

Sou negro, sinto-me orgulhoso (Entrevistada I.L.L.).

5.2.5 Negro Versus Poder

Foi constatado na pesquisa que três, dentre os entrevistados, ocuparam cargo de direção de grandes escolas. Com exceção de um, os demais sofreram pressão, desrespeito da parte de alguns. Segundo depoimentos, estes profissionais por vezes oscilavam na tomada de decisão. Verifiquemos:

Meu relacionamento na função de diretor, mesmo sendo um homem negro, eu creio que tem sido dentro da normalidade (Entrevistado J.V.S.).

Deparei-me com situações difíceis. Desavenças, desrespeito. Uma professora chegou na Secretaria de Educação e disse: Meu diretor, aquele neguinho, negro safado, ele não tem qualidade para ser isto, nem aquilo, nem aquilo outro (Entrevistado R.M.).

Acho que não nasci para mandar, eu não sei se isso são resquícios do meu passado negro. Mas com certeza, eu sempre tive dificuldades de dar ordens (Entrevistado M.P.S.A.N.).

Dentro do trabalho de justiça, de exploração, tivemos símbolos de referências importantíssimas, não só para o negro, mas para todos de forma geral. A exemplo de Zumbi dos Palmares, Dom José Maria Pires, que é um símbolo que rompeu muito preconceito e que hoje é uma pessoa respeitadíssima no Brasil inteiro. E dentro da religião, temos encontrado outras pessoas que, apesar das dificuldades, romperam a barreira do preconceito. Então, a história do negro é só para baixo, de sangue e também de sucesso nos seus campos de ação.

O negro numa escola Marista sofre também preconceito. Hoje temos um negro em exercício e um diretor. Por ser uma congregação Marista não é uma exceção ao preconceito.

Considerações importantes são necessárias para serem ditas. A escolaridade dos entrevistados são as seguintes: dez pessoas alcançaram o 3º grau, dos quais dois com especialização e um com mestrado; cinco, o 2º grau completo; quatro, o 1º grau completo e três, o 1º grau incompleto.

Em relação às experiências em grupos sociais pude computar que apenas oito pessoas tiveram ou têm participação em grupo social. Os grupos apontados foram: sindicato, partido político e igrejas (Católicas, Evangélicas e Afro-brasileiras). Desses grupos sociais, a participação mais ativa é no exercício da religiosidade. O catolicismo tem grande influência em 90% dos entrevistados.

A música é um elemento cultural de grande influência para a parcela deles, com destaque para um conseguir gravar seu próprio CD. Raízes musicais, cinco entre eles possui.

A família tem papel preponderante para todos como processo de unidade digna, próspera e de continuidade.

INSTANTE PLENO (POR UMA POSSÍVEL CONCLUSÃO)

A análise dos dados possibilitou concluir que existe uma identidade afro-descendente entre os trabalhadores e trabalhadoras negros(a) pesquisados(as). Essa identidade”, ao perguntar como ser identificado como negro ou negra, ela só é explicada por parcelas dos pesquisados.

Os processos identitários que eram esperados encontrar como determinantes na elaboração, não aparecem de maneira sistemática. Apenas um, entre os entrevistados, apresentou uma profunda imersão na cultura negra através da música.

Embora a tese tenha deduzido a existência das identidades, ela não conseguiu estabelecer os processos de produção dessas identidades, uma vez que a produção destas são mais sutis do que era esperado no início da pesquisa.

O conceito negro para algumas pessoas não tem significado de autodefinição. O que para alguns entrevistados é o conceito de “moreno”, a ideia da palavra “negro” é confusa entre outros. Normalmente foi utilizado o conceito de “moreno”, isso não implica uma consciência étnica social. Estes conceitos partiram das pessoas menos escolarizadas, no entanto as pessoas de instrução superior operam o conceito “negro”.

Quando expressa o conceito “moreno”, sempre está relacionado às origens negras. Então, o moreno dos morenos escolarizados vai ser igual ao negro dos mais escolarizados. É uma identidade étnica que soma: autodenominados negros, com autodenominados morenos. O exemplo que segue caracteriza a leitura feita. “Casamento na família é misturado. Tem filhos alvinhos. Outros procuram “bem moreninhos”, nunca um “galego”. Acho que tem preconceito na minha família” (Entrevistado).

Mesmo quando a pergunta da entrevista referia-se ao conceito “negro”, ele respondeu confuso: “Se me chamar de negro ou galego, não tem problema. O importante é a personalidade, o caráter pessoal. Do que me chamar eu aceito. Que adianta ser um branco de alma preta” (Entrevistado).

Existe, portanto, uma diferença de percepção da palavra negra. Para os menos escolarizados ela ainda é pejorativa, mesmo assim fracamente relacionada com a cor da pele.

Os depoimentos dos entrevistados nos remete à análise da autorrepresentação. Partimos da ideia de que a representação social é o juízo formulado socialmente. Portanto,

quando o sujeito se autoapresenta, expõe a representação que socialmente construiu de si mesmo.

Procurei enfocar estes depoimentos por se tratar de profissionais que exercem liderança no seu ambiente de trabalho e que gozam de respeito no conjunto dos trabalhadores, comprometidos com o revés da história, com os quais, desencadearia o processo de busca.

Partindo do princípio de que tenho uma concepção de educação popular e democrática e que tais ideias sejam socializadas, entendo que o processo não se dá no isolamento e sim com a participação de todos que acreditam na perspectiva de um novo modelo de sociedade, estes profissionais exercem função mediadora fundamental.

Em contrapartida também existe um grau de consciência entre outros. Quando, em uma das escolas, procurei a secretaria para pedir a relação dos funcionários, ela questionou-me: Por que ela não estava sendo entrevistada. Argumentando que não preencheria as características estabelecidas pela pesquisa, eis a resposta da funcionária para a pesquisadora: “Eu sou negra e quero ser entrevistada”, e ela participou da entrevista.

Foi constatado na pesquisa que aquelas pessoas que a pesquisadora consideravam negra não se achavam. E outras, que não consideravam negras, se identificavam como negra. Concluímos a dificuldade da definição do termo negro, porque foram elencadas uma série de características para conduzir a pesquisa. No trabalho de campo foram encontradas outras pessoas trabalhando na escola e se autodeterminando negro ou negra, as quais estavam nessas características e reivindicaram participar da pesquisa.

Concluímos com a afirmação de Cunha Júnior (1995), “de que a fronteira da etnia é difícil de ser determinada e que, por vezes, o movimento negro é questionado quem é negro”. Portanto, não existe uma definição capaz de abranger todos os negros e negras que compõem a sociedade brasileira, em particular a paraibana, decorrente das variações étnicas existentes, ou seja, a consciência étnicorracial negra.

REFERÊNCIAS

- ALMANAQUE Abril (1998), p. 55-57; 64-73; 131-133.
- ANAIS, Seminário. **O Trabalho da Sociedade Contemporânea: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: FENAPSI/PSIND, 1996.
- AZEVEDO, Eliane. **Raça - Conceito e preconceito**. 2. ed. São Paulo: Ática (série princípios), 1990.
- BARROS, Rosa. **Negro no Trilho e as Perspectivas Educacionais** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, 1995.
- BARCELOS, Luiz Cláudio. **Raça e realização educacional no Brasil** (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: Instituto de Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1991.
- _____. Educação das desigualdades raciais no Brasil. **Caderno de Pesquisa Educacional nº 8b**, p.41-50, São Paulo, 1993.
- BARCELAR, Jeferson. **Etnicidade - Negro em Salvador**. Salvador: Ianamá/Programas dos Estudos do Negro na Bahia (PENBA), 1989.
- BALULA, João. **Reação ao racismo**. Texto mimeografado. João Pessoa, 1997.
- BERND, Zilá. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna (Coleção Polêmica), 1994.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 7. ed. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1995.
- CARNEIRO, Maria L. Tucci. **O racismo na História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1994.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Repensando os 500 anos**. João Pessoa: Idéia, 1994.
- CARVALHO, Maria Rozário G. de (Org.). **Identidade étnica: Mobilização política e cidadania**. Salvador: UFBA/Empresa Gráfica da Bahia (Coleção Cidadania), 1989.
- CARNOY, Martins. **Educação, economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- CARTILHA. **Violência contra a mulher: Descortinando horizontes**. João Pessoa: Sal e Terra Gráfica e Editora Ltda p.14-46. (Centro da Mulher 8 de Março – Programa: Violência Contra a Mulher), 1998.

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS (CEAA). **Estudo afro-asiáticos** 27. Abril, 1995, p. 46.

COR DA POPULAÇÃO. **Síntese de indicadores 1982/1990**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Emprego e Regimento. Rio de Janeiro : IBGE, 1994.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Textos para o movimento negro**. 1. ed. São Paulo: EDICON 1992.

_____. **Capoeira como um dos elementos de reflexão metodológica das africanidades brasileiras**. Texto apresentado no 1º Simpósio Nacional de Estudos e Debates sobre Capoeira. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **Identidade negra e a educação**. Texto apresentado para o programa de Mestrado em Educação da UFPB, João Pessoa, 1995.

_____. **Por que somos negros**. Texto mimeografado, s/d.

_____. **Preparando o 20 de novembro da escola**. Texto mimeográfico, sem data.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getlio Vargas – MEC – Fundação de Assistência do Estudante – Rio de Janeiro.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. v. 23, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FERNANDEZ ENGUITA, Mariano. **Trabalho, escola, e ideologia: Marx e a crítica da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FERNANDES F. **A interpretação do negro na sociedade de classes**. v.1, 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FONSECA, Ivonildes da Silva. **De negros a morenos. Invertendo o itinerário dos estereótipos étnicos** (Dissertação de Mestrado), CCHLA/UFPB, 1995.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educacionais**. v.5, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOMES, Nilma Lino. **A trajetória escolar de Professoras Negras e sua incidência na construção da Identidade Racial: Estudo de caso em uma escola municipal de Belo Horizonte** (Dissertação de Mestrado/Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação.

_____. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOFFMAN, Erwing. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GONÇALVES, L. A. de. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial**: estudo acerca da discriminação racial na escolas públicas de 1º grau. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte : UFMG. 1985.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, Racismo e Grupo de Cor no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 27 p.46, Rio de Janeiro, 1995.

LUDKE, André Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Marco Aurélio (Org.). **Identidade negra e educação**. Salvador: Iaramá, 1989.

_____. **Cultura negra em tempos pós-modernos**. Salvador: Edições SECNEB, 1992.

_____. **Cultura negra e ideologia do recalque**. 2. ed Salvador: Sociedade de Estudos e Cultura Negra no Brasil (SECNEB), 1994.

MALUNGU. **Jornal**/Maio. João Pessoa, 1993.

_____. **Jornal**/Fevereiro. João Pessoa, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO: Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

NEGRÃO, Esmeralda V. **Preconceito e discriminação raciais em livros didáticos e infanto-juvenis**. São Paulo: Caderno de Pesquisa, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1992.

OCTÁVIO, José. **Violência e repressão no nordeste**. Campina Grande: Grafset, 1985.

_____. **História da Paraíba**: lutas e resistências. João Pessoa: União Editora, 1994.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PENNA, Moura. **O que faz ser nordestino**. São Paulo: Cortez, 1997.

PIMENTEL, Maria do Socorro. **A identidade dos trabalhadores negros na realidade educacional da Paraíba**. Projeto de Dissertação. Mestrado em Educação – UFPB (mimeo), 1995.

_____. **Cultura, identidade e trabalho do negro na educação de João Pessoa**. XIII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN), Natal (mimeo), 1997.

QUINTAS, Fátima (Org.). **Mulher negra, preconceito, sexualidade e imaginário**. Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1995.

Revista do Centro da Referência Negro-Mestiça. CERNE – PADÊ, Salvador, s/d.

Revista Raça. Ano 2, n 11, 1997.

Revista Estudos Feminista. IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, v.3 n.2, Rio de Janeiro.

Revista do CCHLA. 300 anos se Zumbi dos Palmares. UFPB – ano 3, número especial – João Pessoa: Editora Universitária, 1995.

Relatório: **Traçando Diretrizes**. Coordenação Nacional de Entidades Ngras – Aracajú, 1994.

RIBEIRO, Matilde. **Recriando o ser mulher negra**. Texto mimeo, s/d.

_____. **A rebeldia necessária**. Texto mimeo, s/d.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAD/CED, 1995.

SILVA, Consuelo Dorcas. **A construção da identidade no processo educativo: um estudo da auto-representação dos alunos negros no universo da escola pública**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG (Dissertação de Mestrado), 1993.

_____. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SOUZA, Neuza Santos. **Torna-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Irene. **Construção da identidade afro-brasileira através do movimento negro**. São Paulo: USP/Instituto de Psicologia. Dissertação de Doutorado, 1990.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN DER POEL, Cornelis Joannes; SALETE, Maria. **Prática alfabetizadora de jovens e adultos e construção da nova sociedade.** João Pessoa: Grafset, 1993.

UNDIME-PB. **Ensino fundamental:** Legislação básica. João Pessoa: A União, 1998.

ANEXOS

ANEXO A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1º Momento (Com o entrevistado(a))

1. IDENTIFICAÇÃO

- Como é seu nome?
- Qual o seu estado civil?
- Tem filhos? Quantos?
- Você é natural de qual cidade?
- Qual a sua religião?

2. ESCOLARIDADE

- Qual o seu grau de estudo?
- Qual a sua formação acadêmica?

3. TRABALHO

- Nome da escola que trabalha?
- Qual a função que exerce?
- Quanto tempo na função?
- Quanto tempo na educação?
- Como se deu o acesso ao trabalho:
 - Concurso público?
 - Indicação?
- Faça uma trajetória da sua vida profissional.

2º Momento (Com o entrevistado(a) faz uma descrição dos seus pais e dos avós paternos e maternos), no que tange:

- Nome
- Procedência/Naturalidade
- Profissão
- Religião
- Trabalho executado
- A participação nos movimentos sociais (Associação de moradores, partidos políticos, clube de mães etc.)
- Identificação étnica familiar:
 - Morena?
 - Branca?
 - Negra?

3º Momento (Com o entrevistado(a))

- Você é simpatizante ou militante de algum partido político? Qual?
- Você é sindicalizado(a)? Qual o sindicato?
- Você participa de algum movimento popular no seu bairro? Qual?
- Você gosta de sua profissão? Por que?
- Se você tivesse que escolher outra profissão, qual escolheria e porquê?

RACISMO x IDENTIDADE

- As forma de relação racial brasileira influenciam no seu trabalho?
- O que você acha da situação atual do negro(a) no Brasil?
- Fale sobre uma pessoa negra no cargo de direção, de “destaque”.
- Fale sobre o aluno(a) negro.
- Você já sofreu ou presenciou algum tipo de discriminação?
- Caracterize para você o que é ser uma pessoa negra.
- Como você se identifica: uma pessoa negra, branca ou morena?

Vale salientar que as entrevistas foram realizadas em ambientes escolhidos pelos entrevistados em horários disponíveis dos mesmos. A gravação e as fotografias foram permitidas.

ANEXO B

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ESCOLAS PESQUISADAS: PERFIL

- 1. Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Médici**, situada na parte leste da cidade, dentro da área do conjunto residencial Castelo Branco III, próximo à cidade universitária (UFPB-Campus I). Sito à Rua Cônego Francisco Lima S/N. Prédio retangular de pavimento construído em blocos de alvenaria, em 3 planos:

Área coberta = 2.701 m²

Área livre = 19.755 m²

Área total = 22.456 m²

Inaugurada em 31 de março de 1973 no Governo Ernani Satyro, com o nome Escola Polivalente Modelo Presidente Médici, em homenagem ao transcurso de 9º aniversário da Revolução de Março de 1964. Obra da Secretaria de Educação e Cultura em convênio com o MEC, PREMEM e USAID.

O Decreto que autorizou o funcionamento do 1º grau foi o de nº 5.790 de 30/01/1973. O Decreto que autorizou o funcionamento do 2º grau foi o de nº 10.840 de 22/08/1998.

O número de funcionários no ano de 1998, totaliza 92 (noventa e dois) e o número de alunos matriculados em 1998, totaliza 641. A escola funciona nos três turnos com o ensino ginásial e científico.

Turno da manhã: ginásio e científico

Turno da tarde: ginásio

Turno da noite: ginásio e científico

A escola dispõe de um corpo técnico composto por:

03 Psicólogos escolar

01 Orientador Escolar

01 Supervisor Escolar

Obs.: Esses técnicos são lotados da Secretaria de Educação como professores, porém, à disposição do Serviço de Orientação Escolar nessas funções, pelo fato de possuírem as formações específicas. Tal fato é comum nas escolas públicas estaduais (desvio de função).

Ambientes:

09 Salas por turno = 27 no geral;

01 Biblioteca;

01 Sala dos professores;

01 Gabinete de odontologia;

01 Auditório;

01 Secretaria;

01 Almoxarifado;

01 Cozinha com despensa;

01 Sala para Centro Artístico;

01 Sala para técnicas comerciais;

01 Sala da direção geral;

01 Sala para vice-direção;

01 Sala do serviço de orientação educacional (SOE);

01 Sala para “clube de matemática”; nesse ambiente trabalha-se com jogos educativos (xadres, dama, figuras geométricas, em outras atividades que a matemática utiliza);

06 Banheiros assim distribuídos:

01 Direção

01 Funcionários

02 Alunos (masculino / feminino)

02 Professores (masculino / feminino)

A direção geral: Roberto Antônio Silva de Vasconcelos

A direção adjunta: Normacele dos Santos Diniz

A clientela é de classe média e média baixa.

2. Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral.

Bairro: Valentina de Figueiredo I – sito na Avenida Avelino dos Santos, s/n.

Criado pelo Decreto nº 11.426 de 02 de julho de 1986, com o nome de “Centro Profissionalizante Valentina Figueiredo”, no Governo de Milton Bezerra Cabral; Secretário de Educação José Loureiro Lopes.

Finalidades:

- a) ministrar cursos regulantes e/ou profissionalizantes de 1º e 2º graus;
- b) realizar cursos e treinamentos intensivos para adultos e adolescentes visando à melhoria de seu desempenho profissional;
- c) oferecer cursos do interesse da comunidade.

Estrutura Administrativa:

1. Coordenaria de Orientação Vocacional e Pedagógica, dirigida por um Coordenador, símbolo DAS-6, sendo constituído de:
 - a) Orientador Educacional;
 - b) Assistente Social;
 - c) Psicólogo;
 - d) Técnico em Educação.
 2. Coordenaria Administrativa, dirigida por um coordenador, símbolo DAS-6;
 3. Coordenaria de Estágio, dirigida por um coordenador, símbolo DAS-6;
 4. Divisão de Registros Escolares, dirigida por um Chefe, símbolo DAS-1;
 5. Divisão Médico Odontológica, dirigida por um Chefe, símbolo DAS-1;
- Integrada por:
- a) Médicos
 - b) Odontólogos

Obs.: O Centro, não tem filosofia definida, estão tentando buscar uma Assessoria junto Universidade Federal da Paraíba com este objetivo.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Nº total de alunos = 1.305 Matriculados.

Matriculados por turno:

Turnos	Manhã	354
	Tarde	341
	Noite	610

Cursos

Cursos	Turmas/Turnos
Científico	-
Pedagógico	3 Turmas/Manhã 3 Turmas/Tarde
Supletivo de 1º grau	-
Pré-Escolar	3 Turmas/Manhã 2 Turmas/Tarde

Nº de funcionários:

Administração Geral: Maria Gertrudez Gonçalves de Carvalho Silva

Adjuntos: Manhã – Maria da Guia de A. Meira

Tarde – Maria das Graças Vasconcelos

Noite – Hélio Xavier (Renunciou).

Decreto de Criação nº 11.426 de 02 de julho de 1986 – Centro Profissionalizante Valentina de Figueiredo.

Decreto de Deniminação: nº 11.651 de 13 de outubro de 1996 – Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral.

O Centro Profissionalizante é dirigido por um Administrador Escolar – símbolo DAS-4 e três Administradores Adjuntos, símbolo DAS-5, nomeados pelo Governador de Estado.

Funciona como órgão de deliberação coletiva, de caráter consultivo. O conselho consultivo é composto de 09 (nove) membros a saber:

- a) Administrador Escolar;
- b) três Administradores Adjuntos;
- c) um representante do corpo docente;
- d) um representante do corpo discente;
- e) um representante da Coordenação de Orientação Vocacional e Pedagógica;
- f) um representante da Secretaria da Educação, vinculado à Coordenação do Ensino de 2º Grau Superior.

A escola possui uma área construída de 9.600 m² e área descoberta de 8.400 m².

A clientela é classe média baixa.

3. Colégio Marista Pio X – Irmandade Marista

Endereço: Praça da Independência.

Data de fundação: 04 de março de 1894, completando 70 anos na Paraíba e 100 anos de irmandade no mundo.

Número de alunos matriculados em 1998: **1.922**

Número de turmas: 13 x 03 turnos = **49 turmas**, distribuídas nos três turnos.

Número de professores: **100**

Número de técnicos: **17**

04 Supervisores Escolar

04 Orientadores Escolar

08 Coordenadores por série

01 Psicólogo

Administração:

01 Diretor Geral – Irmão Nilton

01 Vice-Diretor Pedagógico – Prof. Victor

01 Vice-Diretor Administrativo – Prof. Rinaldo

Seções do Colégio:

- 1) Administração:
 - Diretoria: Geral
 - Adjuntos
 - Departamento de Pessoal
 - Secretaria
 - Biblioteca
- 2) Serviço de Orientação Religiosa (SOR)
- 3) Serviço de Orientação Educacional (SOE)
- 4) Serviço de Orientação Pedagógica (SOP)
- 5) Coordenadoria
- 6) Corpo Docente
- 7) Manutenção:
 - Mecanografia
 - Almoxarifado
 - Carpintaria
 - Limpeza
 - Jardinagem

O Colégio Marista Pio X tem uma clientela de classe economicamente bem sucedida. É considerado um colégio de “elite”. Bem estruturado física e pedagogicamente. O ensino está dentro dos padrões do colégio de seu porte. Tem uma relação boa com a comunidade em geral.

ANEXO C

FOTOGRAFIAS

1. AS ESCOLAS PESQUISADAS



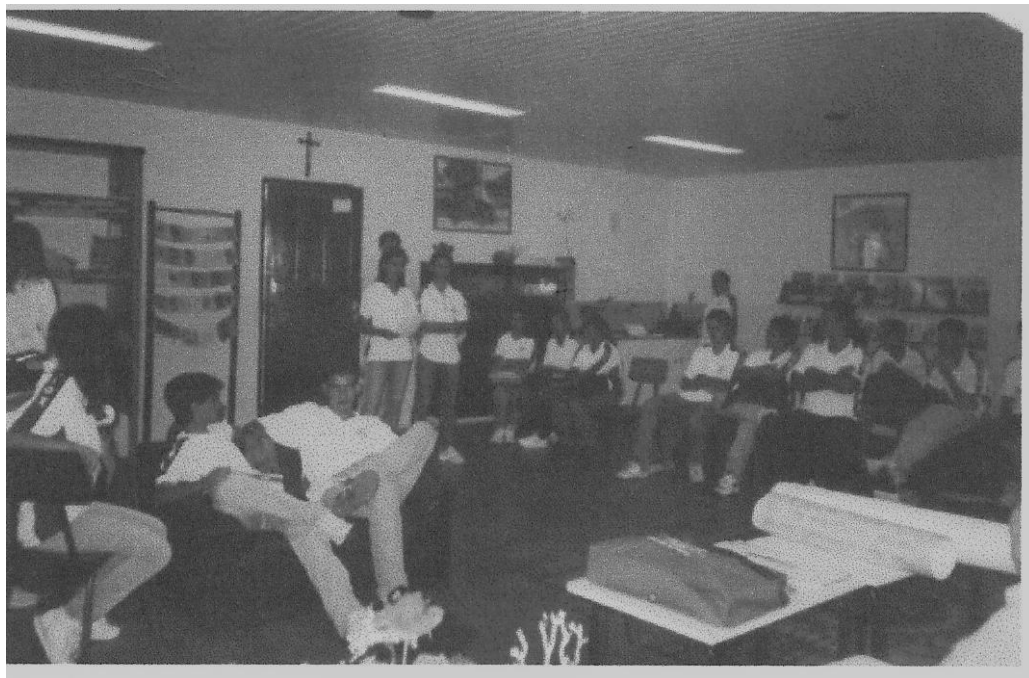
Fotografia 1 e 2: Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Médici.



Fotografia 3: Centro Profissionalizante Deputado Antonio Cabral.



Fotografia 4: Colégio Marista Pio X.



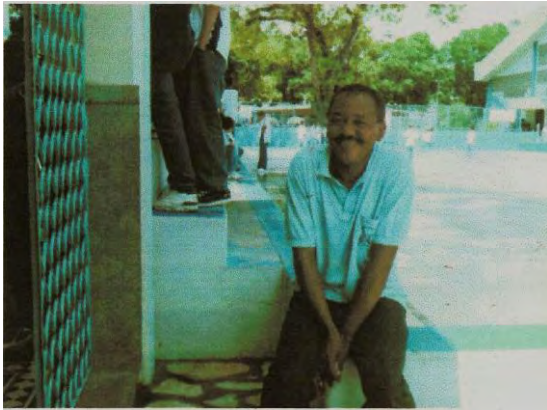
Fotografia 5: Sala de leitura - Colégio Marista Pio X.



Fotografia 6: Intervalo do recreio - Colégio Marista Pio X.

2. OS ENTREVISTADOS

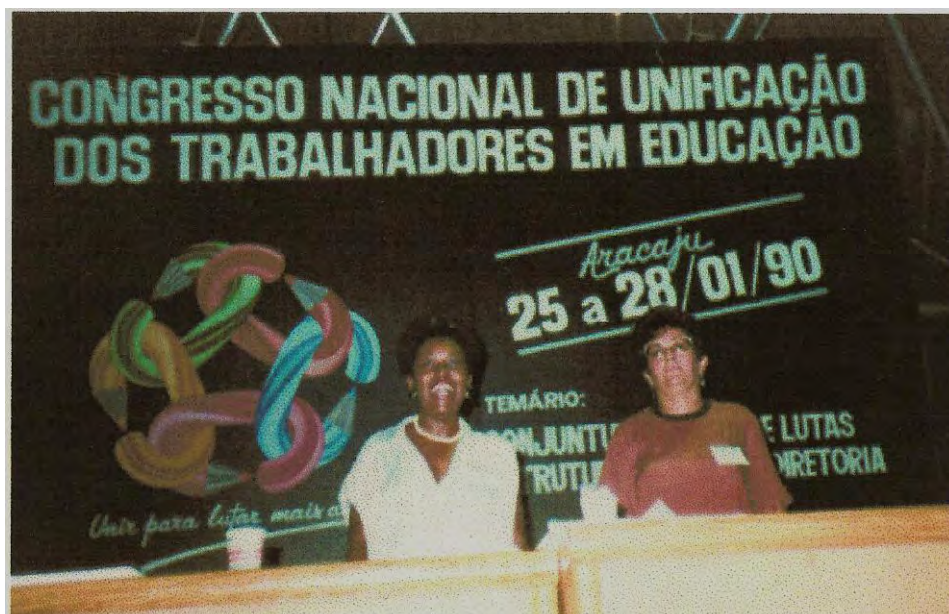




3. COLABORADORES/ENTREVISTADOS



4. A ENTREVISTADORA: Algumas participações nos Movimentos Sociais



CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Aracaju/SE.



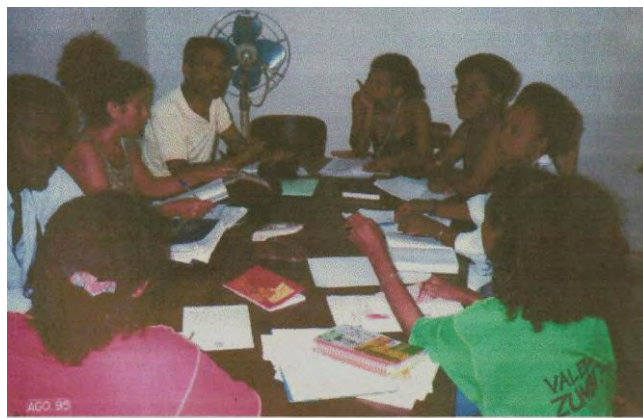
Filiação da Confederação Nacional dos Professores do Brasil (CPB) à CUT.
Brasília-DF.



Seminário do Departamento Estadual dos Trabalhadores em Educação da CUT/PB.
João Pessoa-PB.



Operação Regional – Projeto Rondon



Reunião com o Movimento Negro Nacional.
Teresina – PI.



Reunião do Conselho Federal de Psicologia – CFP.
Brasília-DF.



Planejamento Estratégico.
Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI
Belo Horizonte – MG.



Reunião – Movimento Negro. Curadoria do Direito do Cidadão.
João Pessoa-PB.



Comissão Pró-Sindicato dos Psicólogos da Paraíba.



Educadores Negros (Encontro SINDUTE).
Belo Horizonte – MG.



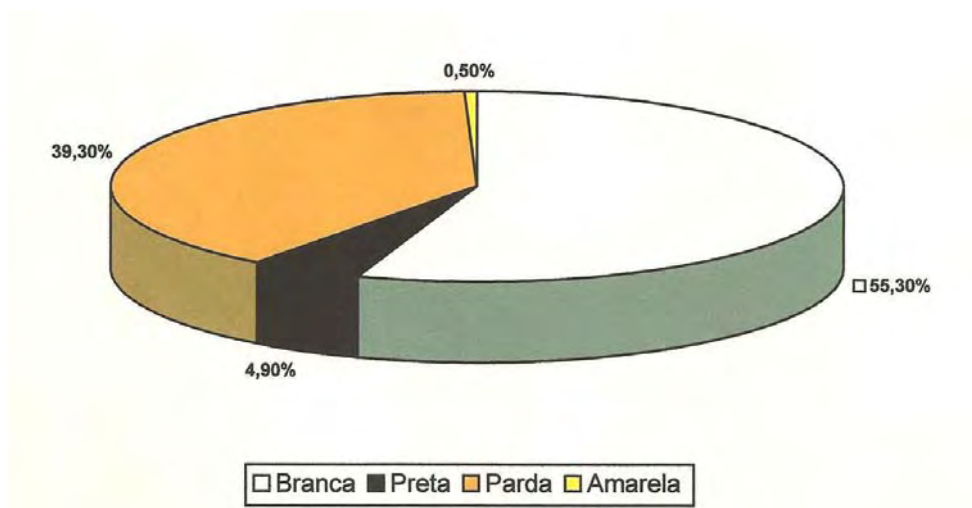
Reunião ABRAPEE (Diretoria).
João Pessoa-PB.

4.1 Seminário sobre Questões Raciais – Recife-Pe



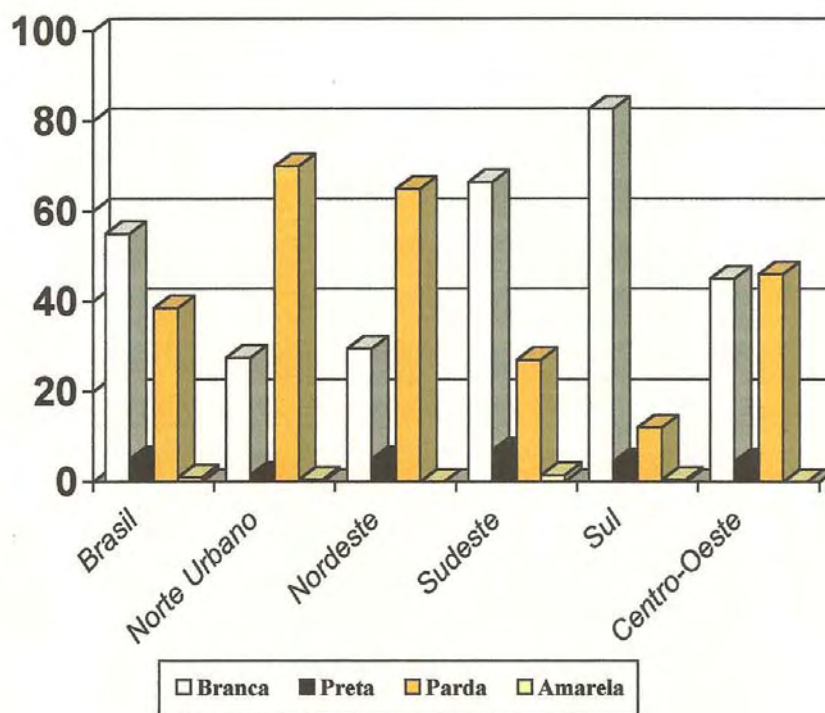
ANEXO D

SÍNTESE DE INDICADORES – 1982-1990



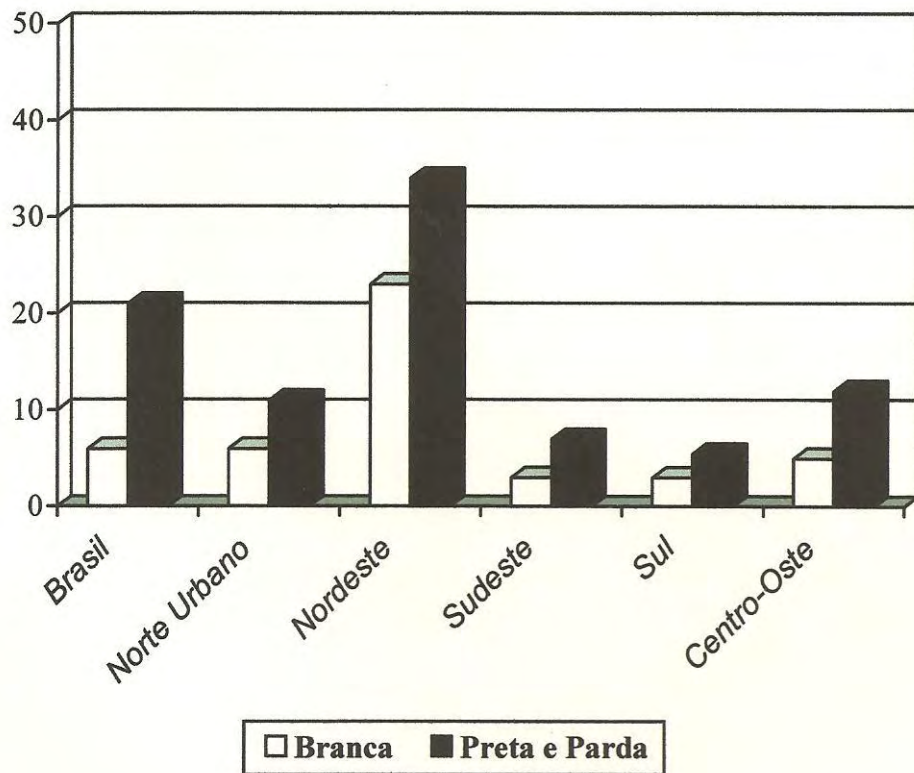
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.

Gráfico 1 : Distribuição da população residente, por cor – 1990. Brasil.



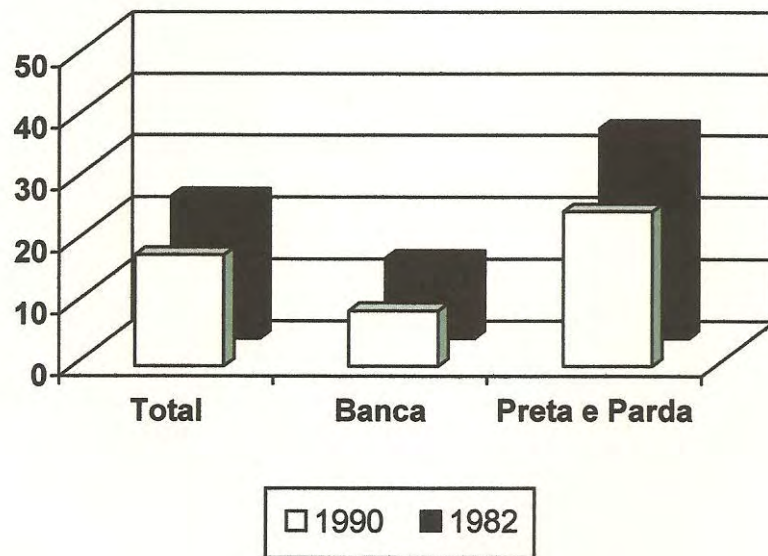
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.

Gráfico 2 : População residente, por cor, segundo as grandes regiões – 1990.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.

Gráfico 3 : Taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos de idade, por cor, segundo as grandes regiões – 1990.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.

Gráfico 4 : Taxa de analfabetismo das crianças de 10 a 14 anos de idade, por cor – 1982 e 1990. Brasil.